

---

**ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,  
COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA  
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO,  
DA COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**

entre

**COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**  
*como Emissora*

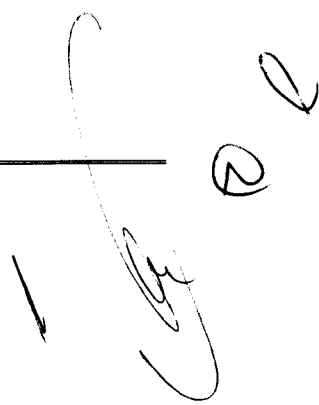
e

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
S.A.**

*como Agente Fiduciário da 2ª Emissão, representando a comunhão dos Debenturistas da  
2ª Emissão*

Datado de  
19 de dezembro de 2014

---

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

**ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**

Pelo presente instrumento particular, as “Partes”:

a) **COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rangel Pestana, nº 300, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.274.829/0001-07, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE nº 35300373367, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”);

e, do outro lado, representando os interesses da comunhão dos titulares das debêntures objeto da presente emissão (“Debenturistas da 2ª Emissão”),

b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário da 2ª Emissão”);

Sendo a Emissora e o Agente Fiduciário da 2ª Emissão doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”.

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar a presente “*Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Paulista de Securitização*” (“Escritura da 2ª Emissão”), mediante as seguintes cláusulas e condições.

Os termos iniciados em letra maiúscula, quando utilizados e não definidos anteriormente, terão o significado a eles atribuído no “Anexo I” desta Escritura da 2ª Emissão, tanto no plural quanto no singular.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura da 2ª Emissão é celebrada de acordo com a autorização: (a) da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 18 de dezembro

de 2014 (“AGE”); e (b) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 17 de dezembro de 2014 (“RCA”).

1.2. Por meio da AGE e da RCA a Diretoria da Emissora também foi autorizada a praticar todos os atos necessários às deliberações consubstanciadas na AGE e na RCA incluindo a celebração de todos os documentos indispensáveis à emissão das Debêntures da 2ª Emissão.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS**

A 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em 2 (duas) séries (“2ª Emissão”), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), nos termos desta Escritura da 2ª Emissão (“Oferta Restrita”), é feita com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1. Dispensa de Registro na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”)**

2.1.1. A 2ª Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Oferta Restrita será registrada perante a ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a base de dados, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, condicionado à expedição até a data do comunicado de encerramento da Oferta Restrita de diretrizes específicas publicadas pela ANBIMA.

### **2.2. Arquivamento das atas da AGE e da RCA na JUCESP e publicação das atas**

2.2.1. A ata da AGE encontra-se em processo de registro perante a JUCESP e, posteriormente, será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário de São Paulo. A ata da RCA encontra-se em processo de registro perante a JUCESP e, posteriormente, será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

### **2.3. Inscrição desta Escritura da 2ª Emissão na JUCESP**

2.3.1. A presente Escritura da 2ª Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e do § 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar 1 (uma) via original desta Escritura da 2ª Emissão e eventuais aditamentos ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão devidamente registrada na JUCESP no prazo de até 20 (vinte) dias da data de sua celebração.

### **2.4. Registro para Distribuição e Negociação**

2.4.1. As Debêntures da 2ª Emissão serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição realizada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo que as negociações serão liquidadas financeiramente na CETIP e que as Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão e as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão serão custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão e as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão poderão ser mantidas junto ao Escriurador Mandatário (conforme definido adiante).

### **2.5. Registro da Garantia Adicional Real**

2.5.1. O Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão será registrado em cartório de registro de títulos e documentos, localizado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e na cidade da sede do Agente Fiduciário da 2ª Emissão. Uma via devidamente registrada deverá ser entregue ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão em até 20 (vinte) dias da data de sua celebração.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS DUAS SÉRIES DA 2ª EMISSÃO**

#### **3.1. Objeto Social da Emissora**

3.1.1 A Emissora tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado de São Paulo (“Estado”), originários de créditos tributários e não tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos no mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, tudo na forma da Lei Autorizativa, e da respectiva legislação complementar.

### **3.2. Número da Emissão**

3.2.1. A presente Escritura da 2ª Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora para distribuição pública.

### **3.3. Valor Total da Emissão**

3.3.1. O valor total da presente 2ª Emissão é de R\$ 5.918.620.000,00 (cinco bilhões, novecentos e dezoito milhões e seiscentos e vinte mil reais), na Data de Emissão, observado o disposto no item 3.5.9 adiante.

### **3.4. Destinação dos Recursos**

3.4.1. Os recursos efetivos obtidos por meio da 2ª Emissão, líquidos de despesas e custos relacionados à estruturação desta 2ª Emissão, serão utilizados na aquisição, pela Emissora, de Direitos Creditórios do PEP de titularidade do Estado, nos termos da Lei Autorizativa e do Contrato de Cessão do PEP.

### **3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição**

3.5.1. As Debêntures da 2ª Emissão serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com intermediação do Banco Fator S.A. (“Coordenador Líder”) em conjunto com o Banco ABC Brasil S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A. e o Banco Caixa Geral – Brasil S.A. (em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”), em regime de melhores esforços, nos termos do “*Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em 2 (duas) Séries, da Companhia Paulista de Securitização, conduzida Sob o Regime de Esforços Restritos de Colocação*”, a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição da 2ª Emissão”).

3.5.2. O plano de distribuição das Debêntures da 2ª Emissão seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição da 2ª Emissão. Para tanto, os Coordenadores poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados (conforme definido adiante), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.

3.5.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, são considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures da 2ª Emissão no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures da 2ª Emissão, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, especialmente, mas não limitadamente, a respectiva condição de Investidor Qualificado e de que está ciente e declara que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures da 2ª Emissão estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura da 2ª Emissão.

3.5.5. Não poderá ser realizada a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.6. As Debêntures da 2ª Emissão somente poderão ser negociadas entre os Investidores Qualificados, depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução.

3.5.7. Não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures da 2ª Emissão.

3.5.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures da 2ª Emissão.

3.5.9. As Debêntures da 2ª Emissão que não forem efetivamente subscritas e integralizadas durante o prazo de distribuição serão canceladas pela Emissora e que a Emissora e o Agente Fiduciário da 2ª Emissão ficam desde já autorizados a celebrarem aditamento à presente Escritura da 2ª Emissão sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora e/ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

### **3.6. Fatores de Risco**

3.6.1. Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures da 2ª Emissão, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de sua situação financeira e objetivos de investimento, bem como com o auxílio de seus assessores legais, contábeis e

financeiros, todas as informações disponíveis nesta Escritura da 2ª Emissão e no Formulário de Referência disponibilizado pela Emissora no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos no “Anexo II” desta Escritura da 2ª Emissão, os quais não são exaustivos, sendo que outros eventos não descritos nesta Escritura da 2ª Emissão poderão afetar os direitos, garantias e prerrogativas dos Debenturistas da 2ª Emissão. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos efetivamente ocorra, a situação financeira da Emissora e a amortização e o resgate das Debêntures da 2ª Emissão poderá ser afetado de forma adversa. Consequentemente, o investidor poderá perder todo ou parte substancial de seu investimento nas Debêntures da 2ª Emissão. Riscos adicionais não descritos nesta Escritura da 2ª Emissão atualmente desconhecidos ou considerados irrelevantes pela Emissora também poderão prejudicar seu fluxo de caixa e impactar o pagamento das Debêntures da 2ª Emissão pela Emissora. Os fatores de risco descritos no “Anexo II” desta Escritura da 2ª Emissão e no Formulário de Referência acima mencionado refletem a situação atual da Emissora.

### **3.7. Data de Emissão**

3.7.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da 2ª Emissão será o dia 28 de novembro de 2014 (“Data de Emissão”).

### **3.8. Quantidade de Debêntures da 2ª Emissão e Número de Séries**

3.8.1. A 2ª Emissão será feita em 2 (duas) séries, sendo 8.000 (oito mil) debêntures da 1ª série (“Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão”) e 5.118.620 (cinco milhões, cento e dezoito mil e seiscentas e vinte) debêntures da 2ª série (“Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão” e, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, “Debêntures da 2ª Emissão”), totalizando 5.126.620 (cinco milhões, cento e vinte e seis mil e seiscentas e vinte) Debêntures da 2ª Emissão.

### **3.9. Espécie**

3.9.1. As Debêntures da 2ª Emissão serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

### **3.10. Garantia adicional**

3.10.1. As Debêntures da 2ª Emissão contarão com a garantia real adicional constituída e regulada no Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão representada pela cessão fiduciária, constituída em favor do Agente Fiduciário da 2ª Emissão, na qualidade de instituição representante da comunhão dos titulares das Debêntures da 2ª Emissão, dos direitos de crédito de titularidade da Emissora referentes aos recursos mantidos e/ou depositados e/ou aplicações mantidas, creditados e/ou referentes à Conta da 2ª Emissão, à

Conta de Despesas 2 e à Conta Banco Mandatário 2 (doravante denominadas, em conjunto, “Contas Vinculadas Adicionais da 2ª Emissão”).

### **3.11. Conversibilidade**

3.11.1. As Debêntures da 2ª Emissão não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

### **3.12. Forma**

3.12.1. As Debêntures da 2ª Emissão são da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

### **3.13. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

3.13.1. O Itaú Unibanco S.A, instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, será o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário da presente 2ª Emissão (“Banco Liquidante” e “Escriturador Mandatário”). A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão cópia autenticada dos instrumentos jurídicos celebrados com o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado de sua assinatura.

### **3.14. Titularidade das Debêntures**

3.14.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures da 2ª Emissão será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato expedido pela CETIP em nome dos Debenturistas da 2ª Emissão para as Debêntures da 2ª Emissão custodiadas eletronicamente na CETIP.

### **3.15. Condições de Pagamento**

3.15.1. *Local de Pagamento.* Os pagamentos a que fazem *jus* as Debêntures da 2ª Emissão e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da 2ª Emissão serão efetuados pela Emissora conforme datas previstas nesta Escritura da 2ª Emissão utilizando-se, conforme o caso (i) os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures da 2ª Emissão custodiadas eletronicamente na CETIP; (ii) por meio do Escriturador Mandatário para as Debêntures da 2ª Emissão que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (iii) diretamente pela Emissora para Debêntures da 2ª Emissão que não forem custodiadas na CETIP.

3.15.2. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente desta Escritura da 2ª Emissão por



quaisquer das Partes, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data de vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

3.15.3. *Subordinação dos Pagamentos.* Todos os pagamentos devidos aos Debenturistas da 2ª Emissão deverão ser efetuados observando a ordem de subordinação dos pagamentos prevista na Cláusula 3.22 adiante.

### **3.16. Encargos Moratórios**

3.16.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas da 2ª Emissão, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos, além da Remuneração prevista nos termos desta Escritura da 2ª Emissão, à multa, não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora, calculados *pro rata die*, de 1% (um por cento) ao mês, sendo ambos incidentes sobre os valores em atraso, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

### **3.17. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

3.17.1. O não comparecimento do Debenturista da 2ª Emissão para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura da 2ª Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

### **3.18. Imunidade dos Debenturistas da 2ª Emissão**

3.18.1. Caso qualquer Debenturista da 2ª Emissão goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures da 2ª Emissão, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

### **3.19. Estabilização**

3.19.1. Não será firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço das Debêntures da 2ª Emissão no mercado secundário.

### 3.20. Publicidade

3.20.1. Todos os avisos de convocação de Assembleias Gerais de Debenturistas, atos e decisões relevantes decorrentes da 2ª Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas da 2ª Emissão, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Folha de São Paulo, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. A Emissora obriga-se a enviar ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão, na data de sua publicação, cópia de qualquer dos avisos acima referidos.

### 3.21. Do Recebimento dos Recursos

3.21.1. A Emissora celebrou com o Estado o “*Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças*” em 01 de março de 2012 e o Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1, o Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2, o Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3 e o Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PPI, celebrados em 20 de abril de 2012 (“Contrato de Cessão do PPI”), por meio dos quais o Estado cedeu à Emissora, a título oneroso, nos termos da Lei Autorizativa, a parcela correspondente a 74% (setenta e quatro por cento) dos Parcelamentos do PPI (“Direitos Creditórios do PPI”).

3.21.2. Nos termos do Contrato de Cessão do PPI, todos os recursos decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios do PPI deverão ser depositados na conta corrente de movimentação restrita de nº 8.250-3, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco Centralizador (“Conta de Recebimento PPI”).

3.21.3. A Emissora celebrou com o Estado o “*Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios do Programa Especial de Parcelamento – PEP e Outras Avenças*” em 18 de dezembro de 2014 (“Contrato de Cessão do PEP”), por meio do qual o Estado prometeu ceder à Emissora, a título oneroso, nos termos da Lei Autorizativa, a parcela correspondente a 71% (setenta e um por cento) dos Parcelamentos do PEP (“Direitos Creditórios do PEP”).

3.21.4. Nos termos do Contrato de Cessão do PEP, todos os recursos decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios do PEP deverão ser depositados na conta corrente de movimentação restrita de nº 9.835-3, agência 1897-X, mantida pela Emissora junto ao Banco do Brasil S.A., a qual será movimentada de acordo com o disposto no item 3.22 abaixo (“Conta de Recebimento PEP”).

3.21.5. Nos termos do Contrato de Cessão do PPI e do Contrato de Cessão do PEP, o Estado, o Banco Centralizador e os Bancos Arrecadadores, por intermédio de seus Agentes, são e serão responsáveis pela manutenção dos serviços e rotinas necessários ao recebimento

dos Direitos Creditórios do PPI e dos Direitos Creditórios do PEP pagos pelos Contribuintes e, ato contínuo, à transferência das respectivas verbas para Conta de Recebimento PPI e para a Conta de Recebimento PEP, respectivamente.

3.21.6. O Estado obrigou-se nos termos do Contrato de Cessão do PPI e do Contrato de Cessão do PEP, em caráter irrevogável e irretratável, a segregar em seus sistemas de controle interno, os Direitos Creditórios do PPI e os Direitos Creditórios do PEP decorrentes do Parcelamento do PPI e do Parcelamento do PEP em vigor, e a realizar o processamento das informações necessárias à emissão das GARE e/ou dos demais meios de pagamento empregados pelos Contribuintes quando do pagamento dos Direitos Creditórios do PPI e dos Direitos Creditórios do PEP, de forma que as referidas verbas sejam automaticamente identificadas, pelo Banco Centralizador, como cedidos à Emissora, ressalvado o disposto na Cláusula 3.8.4 da Escritura da 1ª Emissão e na Cláusula 3.21.8 abaixo, conforme aplicável.

3.21.7. Nos termos do Contrato de Cessão do PPI e do Contrato de Cessão do PEP, o Estado obrigou-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que o produto decorrente do pagamento dos Direitos Creditórios do PPI e dos Direitos Creditórios do PEP, pago a qualquer título pelos Contribuintes, seja creditado pelo Banco Centralizador, após o recebimento dos respectivos valores dos Bancos Arrecadadores, única e exclusivamente na Conta de Recebimento PPI e na Conta de Recebimento PEP, respectivamente.

3.21.7.1. De acordo com o Contrato de Cessão do PPI e do Contrato de Cessão do PEP é expressamente vedado o crédito bancário e/ou o trânsito dos valores dos Direitos Creditórios do PPI e dos Direitos Creditórios do PEP em qualquer outra conta corrente, exceto com relação aos valores decorrentes dos Parcelamentos do PPI Rompidos e dos Parcelamentos do PEP Rompidos, conforme o disposto na Cláusula 3.21.8 abaixo.

3.21.8. Até que se verifique a liquidação integral dos respectivos Direitos Creditórios do PPI e dos Direitos Creditórios do PEP, conforme o caso, os Direitos Creditórios do PPI e os Direitos Creditórios do PEP, quando decorrentes de Parcelamentos do PPI Rompidos e de Parcelamentos do PEP Rompidos, serão recebidos diretamente pelo Estado para posterior repasse à Emissora, nos termos do Contrato de Cessão do PPI e do Contrato de Cessão do PEP, por meio de crédito, na Conta de Recebimento PPI e na Conta de Recebimento PEP, do valor correspondente à Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PPI Rompido e à Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Rompido de cada Parcelamento do PPI Rompido e de cada Parcelamento do PEP Rompido, respectivamente.

3.21.9. O Estado obrigou-se, nos termos do item 9.5 do Contrato de Cessão do PPI, a transferir para a Conta de Recebimento PPI, até o último Dia Útil de cada mês calendário, todo e qualquer valor que a Emissora faça *jus* em razão da execução de procedimentos de cobrança judicial dos Direitos Creditórios do PPI, incluindo os valores vinculados aos Parcelamentos do PPI Rompidos, até o limite da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PPI Rompido de cada Parcelamento do PPI Rompido, recebido no 3º (terceiro) mês calendário imediatamente anterior, observada a prioridade de imputação prevista no Contrato de Cessão do PPI.

3.21.10. Nos termos do Contrato de Cessão do PPI, independentemente de anuência prévia do Estado, a Emissora poderá promover a compensação automática dos valores devidos pela Emissora ao Estado, na qualidade de titular das Debêntures Subordinadas, com os valores devidos pelo Estado à Emissora em razão da ocorrência de qualquer dos Eventos de Indenização do PPI até o último Dia Útil do mês imediatamente subsequente à ocorrência de tais eventos.

3.21.11. O Estado obrigou-se nos termos do item 9.5 do Contrato de Cessão do PEP, a transferir para a Conta de Recebimento PEP, até o último Dia Útil de cada mês calendário, todo e qualquer valor que a Emissora faça *jus* em razão da execução de procedimentos de cobrança judicial dos Direitos Creditórios do PEP, incluindo os valores vinculados aos Parcelamentos do PEP Rompidos, até o limite da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Rompido de cada Parcelamento do PEP Rompido, recebido no 3º (terceiro) mês calendário imediatamente anterior, observada a prioridade de imputação prevista no Contrato de Cessão do PEP. Nos termos do Contrato de Cessão do PEP, a 1ª (primeira) transferência nos termos deste item abrangerá todos os valores recebidos pelo Estado por conta de Parcelamentos do PEP Rompidos, a partir do fechamento do dia 28 de novembro de 2014.

3.21.12. Em decorrência das obrigações assumidas no Contrato de Cessão do PPI, o Estado obrigou-se a transferir para a Conta de Recebimento PPI, no último Dia Útil de cada mês calendário, todo e qualquer valor de titularidade da Emissora recebido pelo Estado e/ou pelos Agentes do Estado no 3º (terceiro) mês calendário imediatamente anterior.

3.21.13. Em decorrência das obrigações assumidas no Contrato de Cessão do PEP, o Estado obrigou-se a transferir para a Conta de Recebimento PEP, até o último Dia Útil de cada mês calendário, todo e qualquer valor de titularidade da Emissora recebido pelo Estado e/ou pelos Agentes do Estado no 3º (terceiro) mês calendário imediatamente anterior.

3.21.14. Após a amortização e/ou o resgate integral das Debêntures da 1ª Emissão, a Emissora, a seu exclusivo critério, poderá amortizar ou resgatar as Debêntures Subordinadas mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios do PPI decorrentes de Parcelamentos do PPI Rompidos, desde que o Agente Fiduciário da 2ª Emissão, e o

Agente Fiduciário da 3ª Emissão, se e quando emitidas as Debêntures da 3ª Emissão, tenham verificado que os Direitos Creditórios do PPI que serão dados em pagamento às Debêntures Subordinadas referem-se a Parcelamentos do PPI Rompidos. Para tanto, a Emissora deverá encaminhar, antes de efetuar o procedimento de dação em pagamento aqui referido, ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão e ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão, se e quando emitidas as Debêntures da 3ª Emissão, os mesmos relatórios gerenciais relativos aos Direitos Creditórios do PPI encaminhados pela Emissora ao Agente Fiduciário da 1ª Emissão, acompanhado de relatório identificando quais Direitos Creditórios do PPI que se referem a Parcelamentos do PPI Rompidos serão utilizados para amortizar ou resgatar as Debêntures Subordinadas. O Agente Fiduciário da 2ª Emissão e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento das informações enviadas pela Emissora, verificar, única e exclusivamente com base no relatório enviado pela Emissora mencionado acima, e enviar, por escrito, à Emissora, a confirmação de que os Direitos Creditórios do PPI que serão dados em pagamento às Debêntures Subordinadas referem-se a Parcelamentos do PPI Rompidos sendo certo que o Agente Fiduciário da 2ª Emissão e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão não poderão ser responsabilizados por quaisquer eventuais erros e divergências contidos nos relatórios apresentados pela Emissora. Quando da realização da dação em pagamento, os Direitos Creditórios do PPI decorrentes de Parcelamentos do PPI Rompidos deverão ser precificados por meio de avaliação prévia devidamente acordada entre a Emissora e o Estado, a qual deverá considerar o valor do Saldo Devedor do Parcelamento do PPI Vigente na respectiva data de cessão, devidamente atualizado observados os critérios definidos no PPI.

3.21.15. A Emissora poderá, a qualquer tempo, promover a compensação automática dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas da 2ª Série da 2ª Emissão, com os valores devidos por estes à Emissora em razão: (i) da extinção total ou parcial dos bens ou direitos suscetíveis de avaliação pecuniária cedidos à Emissora na integralização das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, (ii) em decorrência da responsabilidade imputada aos Debenturistas da 2ª Série da 2ª Emissão pela existência do crédito, nos termos do artigo 295 do Código Civil brasileiro, (iii) concessão de perdão da dívida e/ou de penalidades a ela aplicáveis, que tenha por objeto a extinção total ou parcial dos direitos suscetíveis de avaliação pecuniária cedidos à Emissora na integralização das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão ou ainda celebração de transação, com extinção total ou parcial dos direitos suscetíveis de avaliação pecuniária cedidos à Emissora na integralização das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, (iv) em decorrência da ausência da incidência de acréscimos financeiros relativos aos direitos suscetíveis de avaliação pecuniária cedidos à Emissora na integralização das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, identificados no instrumento de cessão e integralização de tais direitos, conforme sejam identificados pela Emissora; (v) de eventual diferença do valor dos direitos suscetíveis de avaliação pecuniária cedidos à Emissora na integralização das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão entre o fechamento do dia 28 de novembro de 2014 e a data da integralização das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão que não sejam recebidos pela Emissora; ou (vi) em decorrência da não transferência à Emissora, quando de seu pagamento, do produto dos direitos suscetíveis de

avaliação pecuniária que foram cedidos à Emissora para a integralização das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão.

3.21.16. A Emissora poderá, a qualquer tempo, após quitadas as Debêntures da 1ª Emissão, amortizar ou resgatar as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios do PEP decorrentes de Parcelamentos do PEP Rompidos, para os quais o período entre a data de Rompimento do Parcelamento PEP e a data de confirmação indicada abaixo seja igual ou superior a 12 (doze) meses, e desde que obtenha a confirmação do Agente Fiduciário da 2ª Emissão e do Agente Fiduciário da 3ª Emissão, quando emitidas as Debêntures da 3ª Emissão, do recebimento das informações indicadas abaixo. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão e ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão relatório indicando (a) o valor a ser amortizado, (b) o valor da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Rompido; e (c) o(s) respectivo(s) Código(s) Criptografado(s) dos Parcelamentos do PEP Rompidos, e demonstrando que tais valores se referem aos Direitos Creditórios do PEP decorrentes de Parcelamentos do PEP identificados como Parcelamentos do PEP Rompidos há, no mínimo, 12 (doze) meses nos relatórios mensais enviados pelo Estado à Emissora e por esta imediatamente encaminhados ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão e ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão nos termos das cláusulas 8.9, 8.12 e 8.15 do Contrato de Cessão do PEP e com base no Relatório Gerencial e nos valores constantes em suas demonstrações financeiras devidamente auditadas (“Comunicação de Dação em Pagamento”). O Agente Fiduciário da 2ª Emissão e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão deverão, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento das informações enviadas pela Emissora, verificar, única e exclusivamente com base no relatório enviado pela Emissora mencionado acima, e enviar, por escrito, à Emissora, a confirmação de que a Comunicação de Dação em Pagamento apresentou todas as informações requeridas nesta Cláusula 3.21.16, sendo certo que o Agente Fiduciário da 2ª Emissão e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão não poderão ser responsabilizados por quaisquer eventuais erros e divergências contidos nos relatórios apresentados pela Emissora. Quando da realização da dação em pagamento, os Direitos Creditórios do PEP decorrentes de Parcelamentos do PEP Rompidos há, no mínimo, 12 (doze) meses deverão ser precificados por meio de avaliação prévia devidamente acordada entre a Emissora e cada Debenturista da 2ª Série da 2ª Emissão, a qual deverá considerar o valor do Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Vigente na respectiva data de cessão, devidamente atualizado observados os critérios definidos no PEP.

3.21.17. Os Direitos Creditórios do PPI, bem como a Conta de Recebimento PPI foram cedidos fiduciariamente em garantia ao pagamento das Debêntures da 1ª Emissão. Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios do PPI depositados na Conta de Recebimento PPI deverão, desde que satisfeitas as obrigações relativas às Debêntures da 1ª Emissão, ser transferidos pelo Agente Fiduciário da 1ª Emissão para a Conta de Excedente PPI, observados os termos e as condições da Escritura da 1ª Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária do PPI e do Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros. O saldo da Conta Excedente PPI, deduzido do valor de qualquer transferência

solicitada pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, se e quando emitidas as Debêntures da 3ª Emissão, e pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão, nesta ordem, deverá ser liberado pelo Agente Fiduciário da 1ª Emissão ou pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, se e quando emitidas as Debêntures da 3ª Emissão, para a Conta de Livre Movimentação PPI no penúltimo Dia Útil de cada mês, exceto se bloqueado para utilização no pagamento das Debêntures da 3ª Emissão e das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão. Uma vez quitadas as Debêntures da 1ª Emissão, a Conta de Recebimento PPI será cedida fiduciariamente em garantia ao pagamento das Debêntures da 3ª Emissão.

3.21.18. A Conta de Recebimento PEP será cedida fiduciariamente em garantia ao pagamento das Debêntures da 1ª Emissão por meio do Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP, o qual será aditado para, entre outras alterações (i) prever que a Conta de Recebimento PEP também garantirá o pagamento das Debêntures da 3ª Emissão uma vez que estas sejam emitidas; (ii) efetuar a cessão fiduciária dos Direitos Creditórios do PEP de forma compartilhada para pagamento das Debêntures da 1ª Emissão e das Debêntures da 3ª Emissão; e (iii) efetuar a cessão fiduciária da Conta de Excedente PPI para pagamento das Debêntures da 3ª Emissão.

3.21.18.1. A partir da data de celebração do aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP mencionado acima, a garantia representada pela cessão fiduciária da Conta de Recebimento PEP e dos Direitos Creditórios do PEP será compartilhada entre os Debenturistas da 1ª Emissão e os Debenturistas da 3ª Emissão, tendo os Debenturistas da 1ª Emissão prioridade na ordem de realização de pagamentos com recursos dos Direitos Creditórios do PEP, em caso de insuficiência de recursos para o pagamento das Debêntures da 1ª Emissão.

3.21.19. A cada mês, o saldo da Conta de Recebimento PEP, se houver, depois de efetuados os pagamentos previstos na Escritura da 1ª Emissão, será utilizado ou aplicado, conforme o caso, para constituição e manutenção da Conta de Despesas 3, para pagamentos previstos na Escritura da 3ª Emissão e para constituição e manutenção do Fundo de Amortização – 3ª Emissão, conforme estiver previsto na Escritura da 3ª Emissão, se e quando celebrada, devendo o saldo remanescente da Conta de Recebimento PEP, observado o quanto previsto na Escritura da 3ª Emissão, se houver, ser transferido para a Conta da 2ª Emissão nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP.

3.21.20. A transferência a que se refere o item anterior somente será efetivada se: (i) a Emissora encontrar-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações previstas na Escritura da 1ª Emissão, na Escritura da 3ª Emissão, quando houver, e no Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP ou, conforme este seja aditado, do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP; e, cumulativamente, (ii) nenhum evento de avaliação, e/ou evento de amortização antecipada e/ou evento de vencimento antecipado nos termos dos referidos documentos esteja em curso.

3.21.21. Os procedimentos referentes à amortização das Debêntures Subordinadas deverão ser imediatamente interrompidos, sob pena de responsabilização da Emissora e seus administradores, na medida de sua culpabilidade, pelos prejuízos comprovados que vierem a causar aos Debenturistas da 1ª Emissão, aos Debenturistas da 3ª Emissão, se houver, e aos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, na hipótese de (i) estar em curso qualquer evento de avaliação, e/ou evento de amortização antecipada e/ou evento de vencimento antecipado nos termos da Escritura da 1ª Emissão, da Escritura da 3ª Emissão e da Escritura da 2ª Emissão, ou (ii) caso quaisquer transferências da Conta Excedente PPI para a Conta de Recebimento PEP e/ou Conta da 2ª Emissão, solicitadas pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão e pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão nos termos da Escritura da 3ª Emissão e da Escritura da 2ª Emissão, respectivamente, não tenham sido atendidas.

3.21.21.1. Na hipótese elencada no item (i) acima, deverão ser mantidos na Conta de Recebimento PPI, na Conta de Recebimento PEP e/ou na Conta de Excedente PPI, à disposição dos Debenturistas da 1ª Emissão, dos Debenturistas da 3ª Emissão, se houver, e dos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, conforme o caso, recursos suficientes para garantir: (a) juntamente com o saldo da Conta de Recebimento PPI e o saldo da Conta Fundo de Amortização da 1ª Emissão, o pagamento do valor nominal não amortizado das Debêntures da 1ª Emissão em circulação, acrescido da respectiva remuneração e demais encargos devidos projetados nos termos da Escritura da 1ª Emissão; (b) o pagamento do valor nominal não amortizado das Debêntures da 3ª Emissão em circulação, acrescido da respectiva remuneração e demais encargos devidos projetados nos termos da Escritura da 3ª Emissão; e (c) o pagamento o valor nominal não amortizado das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão em circulação, acrescido da respectiva remuneração e demais encargos devidos projetados nos termos da Escritura da 2ª Emissão.

3.21.21.2. Na hipótese elencada no item (ii) acima, deverão ser retidos na Conta de Excedente PPI e transferidos para a Conta de Recebimento PEP e/ou Conta da 2ª Emissão, conforme o caso, os montantes solicitados pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão e pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão nos termos da Escritura da 3ª Emissão e da Escritura da 2ª Emissão, respectivamente.

3.21.22. Identificados pela Emissora recursos de titularidade do Estado que tenham sido depositados na Conta da 2ª Emissão, e desde que comunicado pela Emissora ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá verificar se a



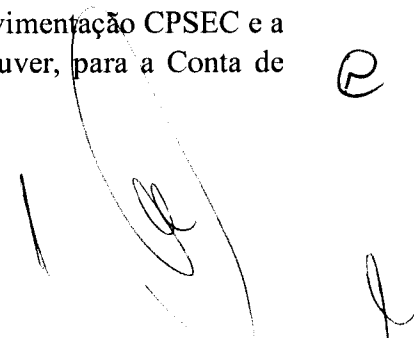
titularidade de tais recursos é do Estado única e exclusivamente com base nos relatórios enviados pela Emissora nos termos desta Escritura da 2ª Emissão. O Agente Fiduciário da 2ª Emissão obriga-se a transferir tais recursos imediatamente, em prazo não superior a 2 (dois) Dias Úteis a contar do recebimento da comunicação enviada pela Emissora acima referida, para a Conta de Livre Movimentação PEP, independentemente da ocorrência de qualquer evento que enseje ou possa ensejar a amortização antecipada e/ou o vencimento antecipado das Debêntures da 2ª Emissão nos termos da Escritura da 2ª Emissão, sendo que não poderá ser responsabilizado por quaisquer eventuais erros e divergências contidos nos relatórios apresentados pela Emissora. Os recursos acima referidos, tão logo sejam transferidos para a Conta de Livre Movimentação PEP, deverão ser imediatamente transferidos pela Emissora para o Estado nos termos do Contrato de Cessão do PEP.

### **3.22. Da Conta da 2ª Emissão e da Ordem de Aplicação dos Recursos**

3.22.1. A cada mês e até a liquidação integral das obrigações da Emissora decorrentes da presente Escritura da 2ª Emissão, os recursos disponíveis na Conta da 2ª Emissão, bem como os Rendimentos serão utilizados ou aplicados, conforme o caso, para constituição e manutenção da Conta de Despesas 2, para constituição e manutenção do Fundo de Amortização – 2ª Emissão, para a Conta Banco Mandatário 2, para a Conta de Livre Movimentação PEP e/ou para a Conta de Livre Movimentação CPSEC nos termos dos itens abaixo.

3.22.2. Os recursos da Conta da 2ª Emissão e dos Rendimentos, nesta ordem, deverão ser transferidos ou aplicados pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão, agindo por conta e ordem da Emissora, observados os termos e as condições desta Escritura da 2ª Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão, observada, obrigatoriamente, a seguinte ordem de alocação:

- a) no curso ordinário da presente 2ª Emissão:
  - i) o Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá realizar, caso necessário, transferências dos recursos da Conta da 2ª Emissão e dos Rendimentos, nesta ordem, para a constituição e/ou manutenção da Conta de Despesas 2, no montante previsto na Cláusula 9.7.1 abaixo;
  - ii) havendo saldo na Conta da 2ª Emissão e Rendimentos após a transferência indicada na alínea “i” acima, no Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento de qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nos termos desta Escritura da 2ª Emissão em face dos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá transferir recursos da Conta da 2ª Emissão para a Conta Banco Mandatário 2 no montante a ser pago aos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão;

- iii) havendo saldo na Conta da 2ª Emissão e Rendimentos após as transferências indicadas nas alíneas “i” e “ii” acima, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá realizar a retenção e aplicação, se necessário, para manutenção do valor mínimo no Fundo de Amortização – 2ª Emissão, no montante previsto na Cláusula 4.9.1 abaixo; e
  - iv) havendo saldo na Conta da 2ª Emissão e Rendimentos após as transferências indicadas nas alíneas “i” e “ii” acima e a retenção indicada na alínea “iii” acima, e imediatamente, em até 1 (um) Dia útil, após comprovada a quitação da parcela devida aos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá realizar a transferência dos Rendimentos para a Conta de Livre Movimentação CPSEC e a transferência do saldo da Conta da 2ª Emissão que exceder o Fundo de Amortização – 2ª Emissão, se houver, para a Conta de Livre Movimentação PEP.
- b) na hipótese de estar em curso um Evento de Amortização Antecipada das Debêntures da 1ª Série e/ou Evento de Vencimento Antecipado:
- i) o Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá realizar, caso necessário, transferências da Conta da 2ª Emissão e Rendimentos, nesta ordem, para constituição e/ou manutenção da Conta de Despesas 2, no montante previsto na Cláusula 9.7.1 abaixo;
  - ii) havendo saldo na Conta da 2ª Emissão e Rendimentos após a transferência indicada na alínea “i”, acima, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá, a partir da data em que se verificar o Evento de Amortização Antecipada das Debêntures da 1ª Série e/ou Evento de Vencimento Antecipado, realizar transferência(s) da Conta da 2ª Emissão e dos Rendimentos, nesta ordem, para a Conta Banco Mandatário 2 para que seja realizado o pagamento, até o Dia Útil posterior ao da transferência, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão e da Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão devida aos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, sendo que deverão ser efetuadas quantas transferências forem necessárias até que ocorra a quitação integral das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão; e
  - iii) havendo saldo na Conta da 2ª Emissão e Rendimentos após as transferências indicadas nas alíneas “i” e “ii” acima, e imediatamente, em até 1 (um) Dia Útil, após a quitação integral das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, incluindo principal e encargos, observados os termos e condições desta Escritura da 2ª Emissão, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá realizar a transferência dos Rendimentos, se houver, para a Conta de Livre Movimentação CPSEC e a transferência do saldo da Conta da 2ª Emissão, se houver, para a Conta de Livre Movimentação PEP.
- 

3.22.3. Se necessário, e em qualquer momento, sempre que os valores retidos e aplicados na Conta da 2ª Emissão referentes ao Fundo de Amortização – 2ª Emissão sejam inferiores ao montante mínimo definido no item 4.9.1, observadas as transferências e retenções previstas no item 3.22.2 acima, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá imediatamente comunicar ao responsável pelo controle da Conta de Excedente PPI nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP, ou, conforme este seja aditado, do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP para que, quaisquer recursos existentes ou que venham a ser transferidos para a Conta de Excedente PPI (após atendidas quaisquer transferências solicitadas pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, e desde que não estejam em curso eventos de avaliação, amortização antecipada e/ou vencimento antecipado relativos às Debêntures da 3ª Emissão, se e quando essas forem emitidas, conforme disposto na Escritura da 3ª Emissão), sejam transferidos para a Conta da 2ª Emissão, assim que disponíveis, sendo a transferência realizada até o montante necessário:

- i) *no curso ordinário da presente 2ª Emissão:* para recomposição da Conta de Despesas 2 ou do Fundo de Amortização – 2ª Emissão; ou
- ii) *na hipótese de estar em curso um Evento de Amortização Antecipada das Debêntures da 1ª Série e/ou Evento de Vencimento Antecipado:* (a) para a recomposição da Conta de Despesas 2, e/ou (b) para o pagamento do resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, nos termos desta Escritura da 2ª Emissão.

3.22.3.1. Os montantes da Conta de Excedente PPI que excederem os valores a serem transferidos à Conta da 2ª Emissão deverão ser liberados pelo Agente Fiduciário da 1ª Emissão ou pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, se e quando emitidas as Debêntures da 3ª Emissão, para a Conta de Livre Movimentação PPI, nos termos da cláusula 3.21.17.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 1ª SÉRIE DA 2ª EMISSÃO**

##### **4.1. Prazo e Data de Vencimento**

4.1.1. As Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão vencerão em 17 de dezembro de 2019 (“Data de Vencimento da 1ª Série da 2ª Emissão”), ocasião em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão não amortizado, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão e dos demais encargos devidos e não pagos até a data de seu efetivo pagamento, calculada na forma da Cláusula 4.4 abaixo.

##### **4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão**

4.2.1. O valor nominal unitário de cada Debênture da 1ª Série da 2ª Emissão é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão”).

#### **4.3. Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão**

4.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão não será atualizado monetariamente.

#### **4.4. Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão**

4.4.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão não amortizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra Grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), capitalizada do *spread* de 2,60% (dois inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, expressa em 252 dias úteis, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão imediatamente anterior, conforme o caso, até o final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo (“Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão”, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão “Remuneração”):

$$R = \{SVN \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]\},$$

onde:

*R = valor unitário da Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;*

*SVN = saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão não amortizado de cada Debênture da 1ª Série da 2ª Emissão no início do respectivo Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.*

*Fator DI = produtório das Taxas DI, desde a data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, sendo que:*

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (\text{TDI}_k)],$$

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “ $n_{DI}$ ” um número inteiro;

$\text{TDI}_k$  = Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, sendo que:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$ .

$\text{DI}_k$  = Taxa DI-Over, de ordem  $k$ , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

$d_k = 1$ ;

Fator Spread = Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, sendo que:

$$\text{Fator Spread} = \left[ \left( \frac{\text{Spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

Spread = definido conforme item 4.4.1, informado com 4 (quatro) casas decimais;

“ $n$ ” = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual do cálculo, sendo “ $n$ ” um número inteiro.

#### 4.4.1.1. Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.
- (ii) O fator resultante da expressão  $[1 + (TDI_k)]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + (TDI_k)]$  sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (iv) Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante (Fator DI) com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.
- (v) O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.4.2. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração do valor de qualquer obrigação pecuniária prevista relativa às Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, conforme o disposto nesta Escritura da 2ª Emissão, será aplicada a última Taxa DI que estiver disponível naquela data, por até 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

4.4.3. Na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de extinção da Taxa DI ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, no lugar da Taxa DI, automaticamente, a Taxa SELIC. Nesta hipótese, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura da 2ª Emissão), a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de ocorrência de qualquer dos eventos acima definidos, para que seja deliberada pelos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão a ratificação da aplicação da Taxa SELIC ou aplicação de uma nova taxa a ser definida de comum acordo entre os Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão e a Emissora, sobre a qual será aplicado o *spread* aplicável à Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão fixado no item 4.4.1, sempre de forma a preservar o valor real da Remuneração das Debêntures da 1ª Série. Aprovada a deliberação acima referida, por, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão em circulação, a nova taxa será aplicada a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 2ª

Emissão, segundo as regras determinadas pelos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão conjunto com a Emissora no curso da referida Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão.

4.4.4. Na hipótese de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa SELIC por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de extinção da Taxa SELIC ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, ausência de ratificação da Taxa SELIC ou aprovação de nova taxa para substituí-la pelos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão na forma do item 4.4.3 acima, a Emissora deverá, em regime de caixa, promover a amortização extraordinária parcial do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão não amortizado, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão e demais encargos devidos, se aplicável; e, quando da realização do último pagamento, no resgate total do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão não amortizado, acrescido da Remuneração da 1ª Série da 2ª Emissão e demais encargos devidos, se aplicável, sem a incidência de multa ou prêmio de qualquer natureza, observado o critério *pro rata temporis*.

4.4.5. As Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão resgatadas nos termos da Cláusula 4.4.4 acima deverão ser imediatamente canceladas.

#### **4.5. Periodicidade de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão**

A Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão correspondente a cada Período de Capitalização será devida nas datas indicadas no cronograma definido no “Anexo III” desta Escritura da 2ª Emissão (“Cronograma de Pagamento das Debêntures da 1ª Série”). A Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão devida entre a Data de Emissão e 28 de dezembro de 2014, será incorporada ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, sendo este valor a base de cálculo para o próximo Período de Capitalização.

#### **4.6. Amortização**

4.6.1. As Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão serão amortizadas em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, nas datas indicadas no Cronograma de Pagamento das Debêntures da 1ª Série, vencendo-se a 1ª (primeira) parcela em 16 de janeiro de 2015 e a última em 17 de dezembro de 2019. O percentual de amortização indicado no Cronograma de Pagamento das Debêntures da 1ª Série incidirá sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, conforme indicado no “Anexo III”.

#### **4.7. Subscrição e Preço de Integralização**

4.7.1. As Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão serão subscritas e integralizadas à vista no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão calculada desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, sendo o preço da integralização calculado com 8 (oito) casas decimais. Os Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão devem subscrever e integralizar, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

#### **4.8. Direito de Preferência**

4.8.1. Não haverá direito de preferência para os acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, conforme deliberado na AGE e na RCA.

#### **4.9. Pagamentos, Fundo de Amortização – 2ª Emissão e Índice de Cobertura**

4.9.1. A Emissora deverá, com os recursos depositados na Conta da 2ª Emissão, manter, até a quitação das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, em moeda corrente nacional ou em aplicações financeiras vinculadas à Conta da 2ª Emissão, para constituição do Fundo de Amortização – 2ª Emissão, recursos e/ou aplicações financeiras em montante equivalente a, no mínimo, 120% (cento e vinte por cento) do valor da próxima parcela de pagamento de Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão e amortização de principal das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, previstas na tabela contida no “Anexo III” desta Escritura da 2ª Emissão (“Fundo de Amortização – 2ª Emissão”).

4.9.2. Caso, em qualquer data, o valor mantido na Conta da 2ª Emissão e/ou em aplicações financeiras vinculadas à Conta da 2ª Emissão que constituem o Fundo de Amortização – 2ª Emissão, seja inferior ao montante mínimo definido na Cláusula 4.9.1 acima, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão, deverá solicitar ao Agente Fiduciário da 1ª Emissão ou ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão, se e quando emitidas as Debêntures da 3ª Emissão, para transferir recursos da Conta de Excedente PPI existentes, ou assim que recebidos da Conta Recebimento PPI, para a Conta da 2ª Emissão, em montante suficiente para efetuar o reenquadramento do Fundo de Amortização – 2ª Emissão nos termos da Cláusula 3.22.3.

4.9.3. O Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá verificar no 2º (segundo) Dia Útil imediatamente anterior à data de pagamento de cada parcela de Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão e de amortização de principal das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, se há montante suficiente na Conta da 2ª Emissão para a realização de tais pagamentos e para manutenção do montante mínimo do Fundo de Amortização – 2ª Emissão definido na Cláusula 4.9.1. Caso não seja suficiente, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão, deverá solicitar ao Agente Fiduciário da 1ª Emissão ou ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão, se e quando emitidas as Debêntures da 3ª Emissão, para bloquear e transferir



recursos da Conta de Excedente PPI, quando houver recursos disponíveis na referida conta, para a Conta da 2ª Emissão, nos termos da cláusula 3.22.3 desta Escritura da 2ª Emissão.

4.9.4. Caso seja necessário, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá determinar a utilização dos recursos ou aplicações financeiras, mantidos e/ou vinculados ao Fundo de Amortização – 2ª Emissão, inclusive os Rendimentos, para o pagamento da parcela vincenda da Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão e da amortização de principal das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão caso, a Emissora não conte com recursos suficientes na data de transferência para a Conta Banco Mandatário 2, necessários ao pagamento integral e tempestivo das respectivas obrigações.

4.9.5. Os recursos mantidos em moeda corrente nacional ou em aplicações financeiras vinculadas à Conta da 2ª Emissão (incluindo o Fundo de Amortização – 2ª Emissão), à Conta de Despesas 2 e à Conta Banco Mandatário 2, bem como os Rendimentos, integram, de forma irrevogável e irretratável, a garantia adicional à 1ª Série da 2ª Emissão prestada em favor dos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, representados pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão e deverão ser acompanhados pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão, na forma do Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão.

4.9.6. O Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá determinar a utilização dos recursos ou aplicações financeiras, mantidos e/ou vinculados à Conta da 2ª Emissão (incluindo ao Fundo de Amortização – 2ª Emissão), à Conta de Despesas 2 e à Conta do Banco Mandatário 2, bem como os Rendimentos, de acordo com as disposições desta Escritura da 2ª Emissão e os termos e as condições do Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão.

4.9.7. Os recursos decorrentes do pagamento, resgate ou alienação dos títulos financeiros, presentes ou futuros, e quotas de fundos de investimento, adquiridos, pela Emissora, com os recursos depositados em cada uma das Contas Vinculadas Adicionais da 2ª Emissão deverão ser obrigatoriamente creditados na respectiva conta de origem. Caberá ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão, previamente à movimentação dos recursos depositados nas Contas Vinculadas Adicionais da 2ª Emissão, verificar, mediante a assinatura das instituições financeiras custodiantes dos ativos em questão, da notificação realizada nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão, que (a) as instituições financeiras custodiantes dos ativos em questão comprometeram-se, por escrito, a observar o acima previsto; e (b) os respectivos bens e direitos encontram-se devidamente onerados em favor dos titulares das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão e da legislação em vigor.

4.9.8. A Emissora obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a realizar todo e qualquer ato, enviar correspondências, assinar e entregar qualquer tipo de documento ou declaração, que venha a ser solicitado pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão, necessário ao

aperfeiçoamento e formalização da cessão fiduciária constituída no Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão.

4.9.9. Enquanto existirem Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão em circulação, a Emissora e o Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverão calcular o Índice de Cobertura até o antepenúltimo Dia Útil do mês calendário (“Data de Verificação”), utilizando-se dos últimos Relatórios Gerenciais disponibilizados pela Emissora, de acordo com a seguinte expressão:

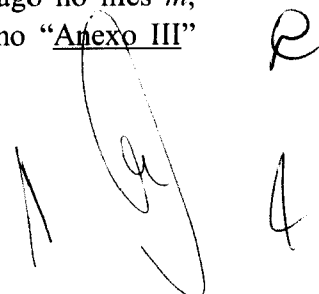
$$IC_m = \frac{VCR_m}{VAM_m + VJ_m}$$

onde:

IC<sub>m</sub> Índice de Cobertura, calculado em cada Data de Verificação, referente ao mês *m*.

VCR<sub>m</sub> somatório dos valores dos Direitos Creditórios do PEP e dos valores dos Direitos Creditórios do PPI de titularidade da Emissora, recebido nos 2 (dois) meses imediatamente anteriores ao mês *m* e no mês *m* e de qualquer transferência adicional que seja feita para a Conta de Recebimento PEP e para a Conta Recebimento PPI nos 2 (dois) meses imediatamente anteriores ao mês *m* e no mês *m* deduzidos (i) dos valores de principal e juros pagos nos 2 (dois) meses imediatamente anteriores ao mês *m* e os pagos no mês *m* aos Debenturistas da 1ª Emissão, aos titulares das Debêntures Subordinadas (valor esse a ser informado pela Emissora ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão) e aos Debenturistas da 3ª Emissão e (ii) de qualquer retenção feita na Conta de Recebimento PPI e/ou na Conta de Recebimento PEP e/ou na Conta de Despesas 3 nos 2 (dois) meses imediatamente anteriores ao mês *m* e no mês *m*.

VAM<sub>m</sub> somatório dos valores da parcela de amortização das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão em circulação, pagos nos 2 meses imediatamente anteriores ao mês *m* somado ao valor de amortização das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão em circulação pago no mês *m*, conforme definido na tabela contida no “Anexo III” desta Escritura da 2ª Emissão.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

VJm

somatório dos valores da parcela de juros das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, pagos nos 2 meses imediatamente anteriores ao mês  $m$  somado ao valor de amortização das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão em circulação pago no mês  $m$ .

4.9.10. Enquanto existirem Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão em circulação, cada Índice de Cobertura, apurado na forma da Cláusula (4.9.9) acima, deverá ser equivalente a, no mínimo, 1,2 (um vírgula dois), sendo que a verificação do Índice de Cobertura iniciará a partir do primeiro mês de pagamento de juros e amortização das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, ou seja, 1ª (primeira) Data de Verificação será 29 de janeiro de 2015.

4.9.11. Conforme estabelecido no Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão, a Emissora não se encontra obrigada a promover o reforço da garantia, mesmo na hipótese de os direitos referentes às Contas Vinculadas Adicionais da 2ª Emissão ali onerados encontrarem-se inadimplentes, deixarem, por qualquer motivo, de ser exigíveis ou tornem-se insuficientes, inábeis, impróprios ou imprestáveis ao fim a que se destinam, sem prejuízo da prerrogativa da Emissora em proceder voluntariamente ao reforço da garantia ali prestada.

4.9.12. Os recursos depositados nas Contas Vinculadas Adicionais da 2ª Emissão somente poderão ser aplicados pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão, atuando por conta e ordem da Emissora, em (a) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil; (b) operações compromissadas tendo por lastro os títulos acima referidos e como contraparte qualquer das Instituições Autorizadas; (c) fundos de investimentos, administrados por Instituições Autorizadas, com liquidez diária e cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos preponderantemente nos ativos identificados nas alíneas “a” e “b” anteriores, e/ou (d) fundos de investimentos, administrados por Instituições Autorizadas, com liquidez diária, que invistam em quotas dos fundos identificados na alínea “c” acima, sendo expressamente vedada a aquisição de ativos de renda variável. Para os fins e efeitos desta Escritura, são consideradas “Instituições Autorizadas” as seguintes instituições financeiras: (i) Banco do Brasil S.A.; (ii) Itaú Unibanco S.A.; e (iii) instituições controladas, direta ou indiretamente, por qualquer das instituições referidas nos subitens “i” e “ii” acima.

#### **4.10. Classificação de Risco**

4.10.1. Foi contratada a McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda. (Standard & Poor's), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, como agência de classificação de risco das Debêntures 1ª Série da 2ª Emissão.

#### **4.11. Eventos de Avaliação da 1ª Série**

4.11.1. São considerados eventos de avaliação das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão (“Eventos de Avaliação da 1ª Série”), sujeitos aos procedimentos abaixo definidos, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) existência de quaisquer títulos emitidos pela Emissora que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação, sustação de seus efeitos ou, ainda, sejam prestadas garantias adequadas em juízo em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do protesto;
- b) inadimplência da Emissora no cumprimento de qualquer obrigação de natureza financeira em que a mesma seja a principal pagadora ou garantidora e/ou tenha sido declarado o vencimento antecipado de qualquer dos negócios acima referidos, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais);
- c) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura da 2ª Emissão, que não seja integralmente sanado pela Emissora no prazo de 15 (quinze) dias contado da data de inadimplemento;
- d) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista em qualquer dos Documentos da Operação, exceto com relação às obrigações da Escritura da 2ª Emissão, que não seja integralmente sanado pela Emissora nos prazos aqui estabelecidos e, se não houver prazo específico estabelecido, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do respectivo inadimplemento;
- e) as declarações e garantias prestadas pela Emissora nos Documentos da Operação provarem-se falsas, incorretas ou enganosas;
- f) descumprimento, por qualquer das partes e intervenientes (outras que não a Emissora), dos Documentos da Operação, exceto com relação às obrigações referentes às Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, de qualquer de suas respectivas obrigações previstas nos Documentos da Operação, que não seja integralmente sanado nos prazos ali estabelecidos e, se não houver prazo específico estabelecido, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do respectivo inadimplemento;
- g) caso a legalidade ou a validade da 2ª Emissão venha a ser judicial ou administrativamente questionada ou arguida e seja concedido provimento, ou seja proferida decisão judicial ou administrativa, que afete o curso ordinário do recebimento do produto de tal cessão, excetuados os casos que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação, sustação dos efeitos da medida proposta, ou da referida decisão judicial ou

administrativa, caso aplicável, em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data em que a Emissora e/ou o devido Debenturista da 2ª Série da 2ª Emissão forem intimados do respectivo procedimento, e/ou da referida decisão judicial ou administrativa;

h) caso a legalidade ou a validade cessão dos bens ou direitos cedidos à Emissora na integralização das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, venha a ser judicial ou administrativamente questionada ou arguida e seja concedido provimento, ou seja proferida decisão judicial ou administrativa que afete o curso ordinário do Processo de Securitização do PEP e do PPI, excetuados os casos que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação, sustação dos efeitos da medida proposta, ou da referida decisão judicial ou administrativa caso aplicável, em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data em que a Emissora e/ou o Estado forem intimados do respectivo procedimento e/ou da referida decisão judicial ou administrativa;

i) caso ocorra o inadimplemento do Estado e/ou a declaração do vencimento antecipado de suas obrigações assumidas em qualquer dos instrumentos jurídicos perfilados no “anexo A” da declaração preparada pelo Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo na forma do “anexo VII” do Contrato de Cessão do PEP e tal descumprimento não seja sanado no prazo de 15 (quinze) dias contado da data de ocorrência do respectivo evento;

j) caso seja ajuizada contra a Emissora qualquer ação, ou conjunto de ações, de execução para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor seja igual ou superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), considerados individualmente ou em conjunto;

k) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens da Emissora, cujo valor seja igual ou superior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), considerados individualmente ou em conjunto;

l) caso ocorra a concessão de qualquer medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992, conforme alterada, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade da Emissora;

m) rebaixamento da classificação de risco outorgada às Debêntures da 1ª Série 2ª Emissão para nota inferior a BBB- em escala nacional ou equivalente, sempre se considerando a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco responsável pela emissão da nota;

n) caso, no penúltimo Dia Útil de cada mês, os valores retidos e aplicados na Conta da 2ª Emissão referentes ao Fundo de Amortização – 2ª Emissão sejam inferiores ao montante mínimo definido no item 4.9.1;

- o) caso no penúltimo Dia Útil de cada mês, o saldo da Conta de Despesas 2 não seja igual ou superior ao valor mínimo indicado na Cláusula 9.7.1;
- p) caso a auditoria das demonstrações financeiras da Emissora não seja feita por Empresa de Auditoria Independente;
- q) caso sejam criados novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possam afetar, de forma relevante, a critério dos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos dos Documentos da Operação, exceto com relação às obrigações referentes às Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão;
- r) caso a Taxa DI ou Taxa SELIC, conforme o caso, divulgada seja maior ou igual a 150% (cento e cinquenta por cento) da Taxa DI ou Taxa SELIC, conforme o caso, do Dia Útil imediatamente anterior;
- s) ocorrência de qualquer tipo de proposta de legislação ou medida administrativa, pelo poder executivo do Estado de São Paulo de qualquer ato ou procedimento que implique na modificação das características dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI ao tempo de sua cessão para a Emissora;
- t) caso o Índice de Cobertura não atenda ao disposto no item (4.9.9) em qualquer Data de Verificação;
- u) ocorrência de qualquer evento de avaliação das Debêntures da 1ª Emissão e das Debêntures da 3ª Emissão, previstos na Escritura da 1ª Emissão e na Escritura da 3ª Emissão, se e quando emitidas as Debêntures da 3ª Emissão, conforme informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário da 1ª Emissão e/ou pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão;
- v) ocorrência de evento e/ou determinação de amortização antecipada das Debêntures da 1ª Emissão, nos termos da Escritura da 1ª Emissão e/ou das Debêntures da 3ª Emissão, nos termos da Escritura da 3ª Emissão, se e quando emitidas as Debêntures da 3ª Emissão, conforme informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário da 1ª Emissão e/ou pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão; ou
- w) ocorrência de evento e/ou declaração de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Emissão, nos termos da Escritura da 1ª Emissão e/ou das Debêntures da 3ª Emissão, nos termos da Escritura da 3ª Emissão, se e quando emitidas as Debêntures da 3ª Emissão, conforme informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário da 1ª Emissão e/ou pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão.

4.11.2. A Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário da 2ª Emissão o Agente Fiduciário da 1ª Emissão e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação da 1ª Série, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data em que esta tomar conhecimento do evento.

4.11.3. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação da 1ª Série, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão convocará, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência do respectivo evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, para que seja avaliado o grau de comprometimento das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, devendo o Agente Fiduciário da 2ª Emissão interromper imediatamente os procedimentos de transferência de valores da Conta da 2ª Emissão para a Conta de Livre Movimentação do PEP e/ou Conta de Livre Movimentação da CPSEC, e solicitar imediatamente interrupção dos procedimentos de transferência de valores da Conta Excedente PPI para a Conta de Livre Movimento PPI.

4.11.4. Os titulares das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, poderão deliberar por maioria das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão em circulação em 1ª (primeira) convocação ou por maioria das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão presentes em 2ª (segunda) convocação: (i) que o Agente Fiduciário da 2ª Emissão possa reiniciar os procedimentos de transferência de valores da Conta da 2ª Emissão e dos Rendimentos para a Conta de Livre Movimentação do PEP e/ou para a Conta de Livre Movimentação da CPSEC, respectivamente, sendo certo que, nesta hipótese, também será reiniciado o procedimento ordinário de transferência dos recursos da Conta Excedente PPI para a Conta de Livre Movimentação PPI; (ii) que o Evento de Avaliação da 1ª Série seja considerado um Evento de Amortização Antecipada das Debêntures da 1ª Série, sendo que, nesta hipótese, deverá ser observado o disposto no item 4.12.2 abaixo; ou (iii) que o Evento de Avaliação da 1ª Série seja considerado um Evento de Vencimento Antecipado, sendo que, nesta hipótese, deverá ser observado o disposto no item 7.1.3 abaixo.

4.11.5. Na hipótese do subitem “ii” do item 4.11.4 acima, os Debenturistas poderão definir, no curso da referida Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, os eventos que ensejarão a convocação automática do Evento de Avaliação da 1ª Série em um Evento de Vencimento Antecipado, independentemente da realização de uma nova Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 4.11.4.

4.11.6. Na hipótese do subitem “iii” do item 4.11.4 acima, ou caso ocorra a convocação automática do Evento de Avaliação da 1ª Série em um Evento de Vencimento Antecipado nos termos do item 4.11.5 acima, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá notificar o Agente Fiduciário da 1ª Emissão e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, por meio eletrônico, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão ou da convocação, conforme o caso.

#### **4.12. Eventos de Amortização Antecipada das Debêntures da 1ª Série**

4.12.1. São considerados eventos de amortização antecipada das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão (“Eventos de Amortização Antecipada das Debêntures da 1ª Série”), sujeitos aos procedimentos abaixo definidos, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão prevista nesta Escritura da 2ª Emissão, que não seja integralmente sanada pela Emissora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contado da data de vencimento da respectiva obrigação;
- b) caso seja ajuizada contra a Emissora, pelo Governo do Estado, qualquer ação, ou conjunto de ações, questionando qualquer dos Documentos da Operação;
- c) caso seja proposta qualquer tipo de legislação ou medida administrativa, pelo Poder Executivo do Estado de São Paulo, que inviabilize os procedimentos descritos na Escritura da 2ª Emissão, nas Debêntures da 2ª Emissão ou nos demais Documentos da Operação;
- d) caso seja aprovada qualquer legislação estadual ou medida administrativa que inviabilize os procedimentos descritos nos Documentos da Operação;
- e) rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Cessão do PEP, Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP ou, conforme este seja aditado, do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP, Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão e/ou de outros Documentos da Operação; ou
- f) deliberação, pelos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, reunidos em assembleia, que qualquer dos Eventos de Avaliação da 1ª Série constitui um Evento de Amortização Antecipada das Debêntures da 1ª Série.

4.12.2. Na hipótese de estar em curso de qualquer Evento de Amortização Antecipada das Debêntures da 1ª Série, enquanto esse evento não for interrompido na forma prevista no item 4.12.6 abaixo, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão (i) deverá, caso já não o tenha feito, interromper imediatamente os procedimentos de transferência de valores da Conta da 2ª Emissão e dos Rendimentos para a Conta de Livre Movimentação PEP e/ou para a Conta de Livre Movimentação CPSEC, conforme o caso, e solicitar ao Agente Fiduciário da 1ª Emissão ou Agente Fiduciário da 3ª Emissão, quando aplicável, o bloqueio da Conta Excedente PPI e que qualquer recurso disponível na Conta Excedente PPI seja transferido para Conta da 2ª Emissão, bem como (ii) providenciará a utilização dos recursos depositados no Fundo de Amortização – 2ª Emissão e dos Rendimentos e na Conta da 2ª Emissão, disponíveis ou que venham a ser creditados por conta da arrecadação futura, (A)



na amortização extraordinária parcial do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão não amortizado, acrescido da Remuneração da 1ª Série da 2ª Emissão e demais encargos devidos, se aplicável; e, quando da realização do último pagamento, (B) no resgate total do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão não amortizado, acrescido da Remuneração da 1ª Série da 2ª Emissão e demais encargos devidos, se aplicável, incorrida até a data do pagamento, observado o critério *pro rata temporis*.

4.12.3. Os recursos referidos no subitem “i” do item 4.12.2 acima, deverão ser inicialmente imputados no pagamento da Remuneração da 1ª Série da 2ª Emissão e posteriormente na amortização do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão.

4.12.4. A Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário 2ª Emissão, o Agente Fiduciário da 1ª Emissão e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data em que tomar conhecimento da ocorrência do evento.

4.12.5. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada das Debêntures da 1ª Série, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão convocará, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência do respectivo evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, para que seja avaliado o grau de comprometimento das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão. Os titulares das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, poderão deliberar, por maioria das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão em circulação em 1ª (primeira) convocação ou por maioria das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão presentes em 2ª (segunda) convocação, (i) que o Evento de Amortização Antecipada das Debêntures da 1ª Série seja considerado um Evento de Vencimento Antecipado; ou (ii) quais os eventos que ensejarão a convocação automática do Evento de Amortização Antecipada das Debêntures da 1ª Série em um Evento de Vencimento Antecipado, independentemente da realização de uma nova Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão.

4.12.6. Sem prejuízo da prerrogativa prevista no item 4.12.5 acima, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada das Debêntures da 1ª Série, os titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão em circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão em 1ª (primeira) convocação, ou por maioria das Debêntures presentes, em 2ª (segunda) convocação, poderão deliberar a interrupção dos procedimentos definidos no item 4.12.2 acima e a consequente retomada das transferências de valores da Conta de Recebimento PEP para a Conta Livre de Movimentação do PEP e/ou para a Conta de Livre Movimentação CPSEC, bem como o desbloqueio dos recursos da Conta de Excedente PPI.

4.12.7. Na hipótese de Amortização Antecipada das Debêntures da 1ª Série, as Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão que estejam custodiadas na CETIP, o evento seguirá os procedimentos da CETIP. Para tal a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis de sua realização.

## **CLÁUSULA QUINTA - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 2ª SÉRIE DA 2ª EMISSÃO**

### **5.1. Prazo e Data de Vencimento**

5.1.1. As Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão vencerão no dia 18 de julho de 2024 (“Data de Vencimento da 2ª Série da 2ª Emissão”), ocasião em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão não amortizado, acrescido da Remuneração das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão e dos demais encargos devidos e não pagos até a data de seu efetivo pagamento, calculada na forma do item 5.4 abaixo.

### **5.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão**

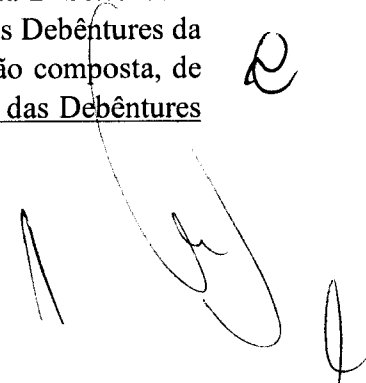
5.2.1. O valor nominal unitário de cada Debênture da 2ª Série da 2ª Emissão é de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão”).

### **5.3. Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão**

5.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão não será atualizado monetariamente.

### **5.4. Remuneração das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão**

5.4.1. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão não amortizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados, correspondentes a 12,28% ao ano, base 30/360 (trinta por trezentos e sessenta), equivalente a taxa mês de 0,97%, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão não amortizado, a partir da Data de Emissão e pagos na Data de Vencimento da 2ª Série da 2ª Emissão ou, conforme o caso, em cada Data de Amortização Antecipada das Debêntures da 2ª Série (conforme definido adiante), calculados em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis*, de acordo com a fórmula abaixo (“Remuneração das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão”):



$$R = SVN \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

- R* = valor unitário da Remuneração das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- SVN* = saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão não amortizado de cada Debênture da 2ª Série da 2ª Emissão no início do respectivo Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros* = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( \frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{30}{360} n} \right] \right\}$$

onde:

- i* = 12,2800;
- n* = número de meses entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

## 5.5. Periodicidade de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão

5.5.1. A Remuneração das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão correspondente a cada Período de Capitalização será devida na Data de Vencimento da 2ª Série da 2ª Emissão ou, conforme o caso, em cada Data de Amortização Antecipada das Debêntures da 2ª Série.

## 5.6. Amortização

5.6.1. Observada a ordem de subordinação dos pagamentos prevista na Cláusula 3.22.2 acima, e desde que a Emissora encontre-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações (i) assumidas perante os Debenturistas da 1ª Emissão e perante os Debenturistas da 3ª Emissão; e (ii) relativas às Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, incluindo, sem limitação, as obrigações referentes à constituição e manutenção dos valores mínimos do Fundo de Amortização – 2ª Emissão e dos depósitos da Conta de Despesas 2, a Emissora promoverá, se houver Disponibilidades de Caixa (conforme definido adiante), nas datas indicadas no item 5.6.2 abaixo, o pagamento da Remuneração das Debêntures 2ª Série da 2ª

Emissão e a amortização antecipada e compulsória das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão (“Amortização Antecipada das Debêntures da 2ª Série”), até o limite das disponibilidades de caixa da Emissora depositadas na Conta de Livre Movimentação PEP, que estejam desvinculadas e livres para transferência (“Disponibilidades de Caixa”), sem prejuízo da possibilidade de compensação prevista na Cláusula 5.6.7 adiante.

5.6.2. Em havendo Disponibilidades de Caixa, a Amortização Antecipada das Debêntures da 2ª Série, quando efetuada, será paga (i) após comprovada a quitação da parcela devida aos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão nas datas indicadas no Cronograma de Pagamento das Debêntures da 1ª Série, e (ii) após notificada a CETIP, caso as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão estejam custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou o Escrirador Mandatário, caso as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP com 2 (dois) Dias Úteis de antecedência (“Data de Amortização Antecipada das Debêntures da 2ª Série”).

5.6.3. Os valores pagos a título de Amortização Antecipada das Debêntures da 2ª Série serão aplicados na seguinte ordem, de acordo com as Disponibilidades de Caixa, conforme aplicável: (i) primeiro, para pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão; e (ii) segundo, para o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão em circulação.

5.6.4. O novo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão será apurado a cada Data de Amortização Antecipada das Debêntures da 2ª Série. Independentemente (i) se não houve o pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, na forma prevista nos itens 5.6.1 e 5.6.2 acima ou se houve o seu pagamento parcial, o saldo devido e não pago será incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, ou, ainda, (ii) se houve o pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão e do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, na forma prevista nos itens 5.6.1 e 5.6.2 acima, a apuração do novo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão observará a seguinte fórmula:

$$SVNF = (SVN + R - \text{Amortização Antecipada das Debêntures da 2ª Série})$$

onde:

*SVNF = saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão não amortizado de cada Debênture da 2ª Série da 2ª Emissão no fim do respectivo Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, verificado após a apropriação da Remuneração das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão e a amortização antecipada de cada uma das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão.*

*SVN = saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão não amortizado de cada Debênture da 2ª Série da 2ª Emissão no início do respectivo Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.*

*R = valor da Remuneração das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.*

*Amortização Antecipada das Debêntures da 2ª Série = valores pagos pela Emissora a título de Amortização Antecipada das Debêntures da 2ª Série na forma prevista nos itens 5.6.1 e 5.6.2.*

5.6.5. O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão não amortizado de cada Debênture da 2ª Série da 2ª Emissão no início de cada Período de Capitalização será igual ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão não amortizado de cada Debênture da 2ª Série da 2ª Emissão no final do Período de Capitalização imediatamente anterior.

5.6.6. O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, acrescido da Remuneração das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão e demais valores devidos, será pago integralmente na Data de Vencimento da 2ª Série da 2ª Emissão.

5.6.7. Independentemente de anuência prévia dos Debenturistas da 2ª Série da 2ª Emissão, a Emissora poderá, a qualquer tempo, promover a compensação automática dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas da 2ª Série da 2ª Emissão, com os valores devidos por estes à Emissora em razão: (i) da extinção total ou parcial dos bens ou direitos suscetíveis de avaliação pecuniária cedidos à Emissora na integralização das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, (ii) em decorrência da responsabilidade imputada aos Debenturistas da 2ª Série da 2ª Emissão pela existência do crédito, nos termos do artigo 295 do Código Civil brasileiro, (iii) concessão de perdão da dívida e/ou de penalidades a ela aplicáveis, que tenha por objeto a extinção total ou parcial dos direitos suscetíveis de avaliação pecuniária cedidos à Emissora na integralização das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão ou ainda celebração de transação, com extinção total ou parcial dos direitos suscetíveis de avaliação pecuniária cedidos à Emissora na integralização das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, (iv) em decorrência da ausência da incidência de acréscimos financeiros relativos aos direitos suscetíveis de avaliação pecuniária cedidos à Emissora na integralização das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, conforme identificados no instrumento de cessão e integralização de tais direitos, conforme sejam identificados pela Emissora; (v) de eventual diferença do valor dos direitos suscetíveis de avaliação pecuniária cedidos à Emissora na integralização das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão entre o fechamento do dia 28 de novembro de 2014 e a data da integralização das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão que não sejam recebidos pela Emissora; ou (vi) em decorrência da não transferência à Emissora,

quando de seu pagamento, do produto dos direitos suscetíveis de avaliação pecuniária que foram cedidos à Emissora para a integralização das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão. A Emissora deverá encaminhar ao Debenturista da 2ª Série da 2ª Emissão, no mês calendário imediatamente subsequente à data da compensação, com cópia para o Agente Fiduciário da 1ª Emissão, ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão e ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão (se emitidas as Debêntures da 3ª Emissão), relatório pormenorizado identificando os valores objeto dos procedimentos de compensação aqui previstos.

5.6.8. A Emissora poderá, a qualquer tempo, após quitadas as Debêntures da 1ª Emissão, amortizar ou resgatar as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios do PEP decorrentes de Parcelamentos do PEP Rompidos dos quais não tenha recebido pagamento, para os quais o período entre a data de Rompimento do Parcelamento PEP e a data de validação indicada abaixo seja igual ou superior 12 (doze) meses, observado o procedimento descrito na cláusula 3.21.16 desta Escritura da 2ª Emissão.

5.6.9. A Emissora deverá encaminhar aos Debenturistas da 2ª Série da 2ª Emissão a solicitação, devidamente validada pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão e pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, no mês calendário imediatamente subsequente à data da amortização, identificando, com relação ao valor utilizado na amortização ou resgate das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão mencionadas na Cláusula 5.6.8 acima, qual montante se referem ao pagamento de Remuneração das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão e qual montante se refere a pagamento, parcial ou integral, conforme o caso, do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão.

5.6.10. Os procedimentos referentes à Amortização Antecipada das Debêntures da 2ª Série deverão ser automática e imediatamente interrompidos, sob pena de responsabilização da Emissora e seus administradores, na medida de sua culpabilidade, pelos prejuízos que vierem a causar aos Debenturistas da 1ª Emissão, aos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, e/ou aos Debenturistas da 3ª Emissão, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação da 1ª Série e/ou ocorrência de qualquer Evento de Amortização Antecipada das Debêntures da 1ª Série e/ou Evento de Vencimento Antecipado e/ou declaração de amortização antecipada ou de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, conforme definido nesta Escritura da 2ª Emissão e/ou de qualquer evento de avaliação e/ou evento amortização antecipada e/ou evento de vencimento antecipado e/ou declaração de amortização antecipada ou de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Emissão e/ou das Debêntures da 3ª Emissão, nos termos da Escritura da 1ª Emissão e da Escritura da 3ª Emissão. Nessa hipótese, os recursos mantidos e/ou vinculados à Conta da 2ª Emissão deverão ser utilizados conforme os procedimentos definidos nesta Escritura da 2ª Emissão.

5.6.11. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação da 1ª Série, de um Evento de Amortização Antecipada das Debêntures da 1ª Série, ou de um Evento de Vencimento

Antecipado nos termos desta Escritura da 2ª Emissão e/ou de qualquer evento de avaliação e/ou de evento de amortização antecipada das e/ou evento de vencimento antecipado relativos às Debêntures da 1ª Emissão e às Debêntures da 3ª Emissão, se e quando emitidas, nos termos da Escritura da 1ª Emissão e da Escritura da 3ª Emissão, os procedimentos referentes à Amortização Antecipada das Debêntures da 2ª Série somente poderão ser reiniciados, na forma prevista nesta Escritura da 2ª Emissão, sem observar os montantes a serem retidos na Conta de Recebimento PPI, na Conta de Recebimento PEP e/ou na Conta de Excedente PPI mencionados na cláusula 3.21.21 desta Escritura da 2ª Emissão, após o recebimento de autorização formal dos Debenturistas da 1ª Emissão, dos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão e dos Debenturistas da 3ª Emissão, após a sua emissão.

5.6.12. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.6.6, após a amortização e/ou o resgate integral das Debêntures da 1ª Emissão, das Debêntures da 3ª Emissão e das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, a Emissora, a seu exclusivo critério, poderá resgatar as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão mediante a dação em pagamento (i) dos Direitos Creditórios do PEP vencidos e a vencer, inclusive decorrentes de Parcelamentos do PEP Rompido, (ii) dos Direitos Creditórios do PPI vencidos e a vencer, inclusive decorrentes de Parcelamentos do PPI Rompido e (iii) de outros ativos de titularidade da Emissora. Quando da realização da dação em pagamento, os Direitos Creditórios do PEP e os Direitos Creditórios do PPI deverão ser precificados pelo valor do Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Vigente e pelo Saldo Devedor do Parcelamento do PPI Vigente, respectivamente.

## **5.7. Subscrição e Preço de Integralização**

5.7.1. As Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão serão subscritas e integralizadas pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, acrescidos da Remuneração das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão calculada desde sua Data de Emissão até a data da sua efetiva integralização, por meio da cessão de bens ou direitos suscetíveis de avaliação pecuniária, a exclusivo critério da Emissora, e/ou em moeda corrente nacional, permanecendo o investidor responsável pela existência do crédito ao tempo da subscrição, nos termos do artigo 295 do Código Civil brasileiro. Os Debenturistas da 2ª Série da 2ª Emissão devem subscrever e integralizar, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures da 2ª Emissão, no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

## **5.8. Fundo de Amortização**

5.8.1. Não será constituído fundo de amortização para as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão.

# **CLÁUSULA SEXTA – DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA E DO RESGATE ANTECIPADO PELA EMISSORA**

## **6.1. Aquisição Facultativa**

6.1.1. A Emissora não poderá adquirir Debêntures em circulação desta 2ª Emissão.

## **6.2. Resgate Antecipado**

6.2.1. As Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão não poderão ser objeto de resgate antecipado facultativo.

6.2.2. As Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão somente poderão ser antecipadamente resgatadas nos termos do item 5.6 acima.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

### **7.1. Eventos de Vencimento Antecipado**

7.1.1. São considerados eventos de vencimento antecipado ("Eventos de Vencimento Antecipado"), sujeitos aos procedimentos abaixo definidos, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, auto-falência (ou outros procedimentos equivalentes previstos em lei) formulado pela Emissora;
- b) liquidação, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Emissora;
- c) extinção ou dissolução da Emissora;
- d) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) cessão, promessa de cessão ou qualquer outra forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, de suas obrigações assumidas nesta Escritura da 2ª Emissão;
- f) decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária do Banco Centralizador;
- g) concessão de autorização para a redução de capital da Emissora e/ou a negociação, a qualquer título, pela Emissora, com ações de sua emissão;
- h) caso o Banco Centralizador deixe de exercer suas funções nos termos do Contrato de Centralização e Repasse de Recursos e dos respectivos Documentos da Operação, sem a assunção, por outra instituição financeira, sem solução de continuidade, de suas responsabilidades definidas nos Documentos da Operação dos quais o Banco Centralizador seja parte ou interveniente;



- i) caso seja realizada qualquer operação de fusão, cisão ou incorporação envolvendo a Emissora;
- j) deliberação, pelos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, reunidos em assembleia, que qualquer dos Eventos de Avaliação da 1ª Série ou dos Eventos de Amortização Antecipada das Debêntures da 1ª Série constitui um Evento de Vencimento Antecipado.
- k) caso a Emissora adquira quaisquer direitos creditórios que não estejam expressamente previstos na Lei Autorizativa, conforme vigente na Data de Emissão;
- l) caso a Emissora adquira, no curso de cada exercício social, quaisquer ativos imobilizados em valor unitário superior a R\$100.000,00 (cem mil reais), ressalvada (1) a realização de aplicações financeiras previstas nos Documentos da Operação, e (2) a aquisição de direitos creditórios expressamente previstos na Lei Autorizativa;
- m) caso a Emissora contrate quaisquer operações de financiamentos ou emita títulos de dívida ou valores mobiliários, exceto por quaisquer títulos de dívida ou valores mobiliários dos quais decorram obrigações que estejam subordinadas às obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures da 1ª Emissão, das Debêntures da 3ª Emissão, se e quando emitidas, e das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão; ou
- n) caso a Emissora realize quaisquer outras atividades estranhas ao seu objeto social que, no entendimento razoável dos Debenturistas da 2ª Emissão, possa afetar e/ou frustrar os direitos, as garantias e as prerrogativas dos titulares das Debêntures da 2ª Emissão, o equilíbrio econômico financeiro da Emissora e a boa ordem legal, administrativa e econômico financeira da Emissora.

7.1.2. A Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário da 2ª Emissão, o Agente Fiduciário da 1ª Emissão e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência do evento.

7.1.3. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, excetuados aqueles perfilados nas alíneas “g”, “i”, “l”, “m” e “n” da Cláusula 7.1.1 acima, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão não amortizado, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão devida até a data do efetivo pagamento e dos demais encargos devidos, observada a subordinação dos pagamentos e a ordem de alocação dos recursos previstas na Cláusula 3.22.2, alínea (b) acima, e tomar todas as medidas cabíveis à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão. Nos termos do parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão somente se eximirá do cumprimento das obrigações acima referidas caso assim seja deliberado por Debenturistas da 2ª Emissão representando 100% (cem por cento) das Debêntures da 2ª

Emissão em circulação.

7.1.4. Sem prejuízo da obrigação do Agente Fiduciário da 2ª Emissão de declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures 1ª Série da 2ª Emissão na forma da Cláusula 7.1.3 acima, na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado perfilados nas alíneas “g”, “i”, “l”, “m” e “n” da Cláusula 7.1.1 acima, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá, caso já não o tenha feito, interromper imediatamente os procedimentos de transferência de valores da Conta da 2ª Emissão e dos Rendimentos para a Conta de Livre Movimentação PEP e/ou para a Conta de Livre Movimentação CPSEC, conforme o caso, e solicitar ao Agente Fiduciário da 1ª Emissão ou Agente Fiduciário da 3ª Emissão, quando aplicável, que os recursos disponíveis na Conta Excedente PPI sejam bloqueados e transferidos para Conta da 2ª Emissão, conforme estipulado na cláusula 3.22.3 desta Escritura da 2ª Emissão; e convocará, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência do respectivo evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas dos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, sendo que a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão não implica na determinação da declaração do vencimento antecipado das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão..

7.1.5. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado perfilados nas alíneas “g”, “i”, “l”, “m” e “n” da Cláusula 7.1.1 acima, os titulares das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão, poderão deliberar por maioria das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão em circulação em 1ª (primeira) convocação ou por maioria das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão presentes em 2ª (segunda) convocação: (i) que o Agente Fiduciário da 2ª Emissão possa reiniciar os procedimentos de transferência de valores da Conta da 2ª Emissão e dos Rendimentos para a Conta de Livre Movimentação do PEP e/ou para a Conta de Livre Movimentação da CPSEC, respectivamente, bem como o desbloqueio dos recursos da Conta de Excedente PPI; ou (ii) que seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, sendo que, nesta hipótese, deverá ser observado o disposto no item 7.1.3 acima.

7.1.6. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 7.1.3 a 7.1.5 acima, na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e na hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão convocará, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência do respectivo evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas dos Debenturistas da 2ª Série da 2ª Emissão para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, sendo que a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão automaticamente determinará a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA EMISSORA**

8.1. A Emissora se obriga a:

- a) fornecer ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão:
- i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora; e (ii) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura da 2ª Emissão;
  - ii) cópia dos boletins de subscrição das Debêntures da 2ª Emissão em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da integralização;
  - iii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos ali previstos;
  - iv) cópias dos extratos das atas de todas as assembleias gerais de acionistas e reuniões do Conselho de Administração, que vierem a ser realizadas na vigência desta 2ª Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de seu registro na JUCESP;
  - v) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula 3.20.1;
  - vi) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão da 2ª Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão;
  - vii) cópia de qualquer correspondência, notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, relacionada a um inadimplemento das obrigações previstas nesta Escritura da 2ª Emissão e demais Documentos da Operação, observados os prazos de cura aplicáveis, que possa afetar os direitos, garantias e prerrogativas dos titulares das Debêntures da 2ª Emissão, imediatamente após o seu recebimento;
  - viii) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas da 2ª Emissão, caso solicitados pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação;
  - ix) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 7.1.1. acima, imediatamente após a sua ocorrência; e

- x) na mesma data em que as informações e documentos elaborados pela Agência de Classificação de Risco sejam colocados à disposição da Emissora, inclusive atualizações e súmulas, fornecer ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão as referidas informações e documentos.
- b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;
- c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como dar ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão ou seus representantes previamente identificados acesso irrestrito:
  - i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora;
  - ii) a toda e qualquer informação referente à Emissora e seus ativos que seja necessária ao atendimento, pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão, de suas obrigações pactuadas nesta Escritura da 2ª Emissão e nos demais Documentos da Operação; e
  - iii) aos livros e aos demais registros contábeis e societários da Emissora, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão;
- d) convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos do item 10.1 abaixo, caso o Agente Fiduciário da 2ª Emissão não o faça;
- e) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM e CETIP com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- f) cumprir com o disposto na Instrução CVM 480, incluindo, mas não se limitando a, o artigo 48, bem como as demais normas e regulamentos aplicáveis às companhias com registro de companhia aberta, categoria B, perante a CVM;
- g) utilizar os recursos dessa Emissão exclusivamente para os fins descritos na Cláusula 3.4 desta Escritura da 2ª Emissão;
- h) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras à análise de Empresa de Auditoria Independente;
- i) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos dos normativos aplicáveis, e fornecer aos seus acionistas e aos titulares das Debêntures da 2ª

Emissão as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;

j) manter em adequado funcionamento estrutura para atender, de forma eficiente, os titulares das Debêntures da 2ª Emissão, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

k) contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura da 2ª Emissão, incluindo o Agente Fiduciário da 2ª Emissão, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, os sistemas de negociação das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão no mercado secundário e Agência de Classificação de Risco;

l) contratar e manter contratada como Agência de Classificação de Risco a McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda. (Standard & Poor's), a Fitch ou a Moody's;

m) enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM o relatório anual elaborado pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão, em até 4 (quatro) meses do encerramento do exercício social ou no mesmo dia de sua divulgação pelo agente fiduciário, nos termos da regulamentação vigente;

n) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

o) tomar as medidas necessárias para:

i) preservar todos seus direitos, concessões e licenças necessários para continuar conduzindo seus negócios, dentro do respectivo objeto social;

ii) manter em boas condições os bens e ativos utilizados na condução de seus negócios; e

iii) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e outras;

p) notificar o Agente Fiduciário da 2ª Emissão e a entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures da 2ª Emissão sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;

q) informar imediatamente à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures da 2ª Emissão qualquer mudança significativa ou imprecisão das informações que afetem direta ou indiretamente as Debêntures da 2ª Emissão;

- r) informar à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures da 2ª Emissão o valor e a data de pagamento de toda e qualquer Remuneração referente às Debêntures da 2ª Emissão;
- s) promover a atualização, no mínimo, anual da classificação de risco das Debêntures da 2ª Emissão pela Agência de Classificação de Risco;
- t) encaminhar, imediatamente, ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão e divulgar, na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório contendo o resultado dos procedimentos referidos na alínea “r” acima;
- u) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM em especial, mas não se limitando a observar o inciso “VIII” do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009, conforme alterada;
- v) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- w) manter os documentos mencionados na alínea “u” acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- x) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 (“Instrução CVM 358”), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- y) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer “Fato Relevante”, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder da Oferta Restrita;
- z) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- aa) manter, com relação à Oferta Restrita, lista contendo: (i) nome das pessoas procuradas, (ii) o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (iii) a data em que foram procuradas; e (iv) a sua decisão em relação à Oferta;
- bb) manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, em caso de processo administrativo, todos os documentos e informações exigidos por esta Instrução CVM 476;
- cc) encaminhar ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão todo e qualquer relatório, comunicação, aviso, intimação, notificação e/ou citação encaminhada pelo Estado e/ou por

qualquer outra Pessoa à Emissora, no âmbito dos Documentos da Operação, incluindo os auditores da Emissora, bem como as notificações da Emissora ao Estado referentes a qualquer inadimplemento do Estado de suas obrigações nos termos do Contrato de Cessão do PEP, no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil, contado da data de seu recebimento ou envio, conforme o caso;

dd) informar o Agente Fiduciário da 2ª Emissão sobre qualquer descumprimento pela Emissora, pelo Estado, por qualquer dos Bancos Arrecadadores, pelo Banco Centralizador, pelo Agente Fiduciário da 1ª Emissão, pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão e/ou pelos demais signatários dos Documentos da Operação de suas respectivas obrigações lá assumidas, no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil, contado da data de seu conhecimento;

ee) não aditar o Contrato de Cessão do PEP sem o consentimento dos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão; e

ff) encaminhar os relatórios e informações enviados pelo Estado à Emissora nos termos da “*Seção V – Dos relatórios e das Informações*” da cláusula oitava do Contrato de Cessão do PEP, incluindo o Relatório Gerencial, por meio eletrônico ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão, até o antepenúltimo Dia Útil de cada mês calendário.

## **CLÁUSULA NONA - DO AGENTE FIDUCIÁRIO DA 2ª EMISSÃO**

### **9.1 Nomeação**

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da 2ª Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura da 2ª Emissão, a qual, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura da 2ª Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures da 2ª Emissão.

9.1.2. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário da 2ª Emissão é privativo de instituição financeira.

9.1.3. Para os fins da Instrução CVM nº 28, seguem abaixo os dados relativos às emissões de debêntures feitas pela Emissora, por sociedades coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que o Agente Fiduciário da 2ª Emissão tenha atuado como agente fiduciário: 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora, no volume total de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), na data de emissão, mediante emissão de 1.200 (mil e duascentas) debêntures, com vencimento em 29 de fevereiro de 2016. As garantias reais da referida emissão são consubstanciadas por: (i) cessão fiduciária dos Direitos Creditórios do PPI; e (ii) cessão fiduciária de ativos financeiros mantidos e/ou depositados na Conta de

Recebimento PPI, na Conta Fundo de Amortização da 1ª Emissão, e na Conta Banco Mandatário 1. Além disso, ocorreram pagamentos mensais de amortização e juros da referida emissão. Adicionalmente, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão foi vencedor do processo licitatório CPSEC 04/2014 por meio do qual foi determinada sua contratação como agente fiduciário da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública da Emissora, quando e se realizada.

## **9.2 Substituição**

9.2.1 Nas hipóteses de impedimentos temporários, renúncia ou qualquer outro evento de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a deliberação sobre a escolha do novo Agente Fiduciário da 2ª Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário da 2ª Emissão a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da 2ª Emissão em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la.

9.2.2 Caso o Agente Fiduciário da 2ª Emissão não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes, bem como nas hipóteses previstas na Cláusula 9.2.1 acima, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá comunicar imediatamente tal fato aos titulares das Debêntures da 2ª Emissão, pedindo sua substituição.

9.2.3 Fica facultado aos titulares das Debêntures da 2ª Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures da 2ª Emissão no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário da 2ª Emissão e a indicação de seu substituto em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para este fim, na forma prevista na Instrução CVM 28.

9.2.4 A substituição do Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura da 2ª Emissão, que deve ser averbado no registro de comércio onde se encontrar registrada a presente Escritura da 2ª Emissão.

9.2.5 O Agente Fiduciário da 2ª Emissão entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura da 2ª Emissão ou, no caso do agente fiduciário substituto na data de celebração de aditamento à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até o pagamento integral do saldo devedor das Debêntures da 2ª Emissão, o que ocorrer primeiro.

9.2.6 O Agente da 2ª Emissão, se substituído nos termos deste item 9.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora e/ou para os Debenturistas da 2ª Emissão, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais



informações sobre a 2ª Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a presente Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que tais documentos e informações estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário da 2ª Emissão substituído, nos termos desta Escritura da 2ª Emissão.

9.2.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário da 2ª Emissão as normas e preceitos da CVM.

### 9.3 Deveres

9.3.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura da 2ª Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário da 2ª Emissão:

- a. proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures da 2ª Emissão, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens;
- b. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão, que lhe impeça o exercício de suas funções;
- c. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura da 2ª Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanados as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, às expensas da Emissora, o registro desta Escritura da 2ª Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sendo que, nesta hipótese, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f. acompanhar a observância, pela Emissora, da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas da 2ª Emissão acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures da 2ª Emissão;

- h. verificar a regularidade da constituição das garantias reais, flutuantes e fidejussórias, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- i. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da justiça do trabalho e Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- j. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- k. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Emissão, por meio de anúncio publicado, pelo menos por 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- l. enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures da 2ª Emissão, até a data da 1ª (primeira) publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas;
- m. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- n. enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures da 2ª Emissão, no primeiro dia útil subsequente ao dia de encerramento da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembleia Geral de Debenturistas;
- o. elaborar relatório preparado nos termos da alínea “b” do § 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, a ser colocado à disposição dos Debenturistas da 2ª Emissão dentro de 4 (quatro) meses do encerramento do exercício social da Emissora, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e sua estrutura de capital;

- iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures da 2ª Emissão no mercado;
- v) resgate, amortização e pagamento de Remuneração, observado o disposto nesta Escritura da 2ª Emissão realizados no período;
- vi) constituição e aplicações do Fundo de Amortização – 2ª Emissão;
- vii) constituição e aplicação da Conta de Despesas 2;
- viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da 2ª Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- ix) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- x) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura da 2ª Emissão, no Contrato de Cessão do PEP, no Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP ou, conforme este seja aditado, do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP e no Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão;
- xi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da 2ª Emissão; e
- xii) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, para sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário.

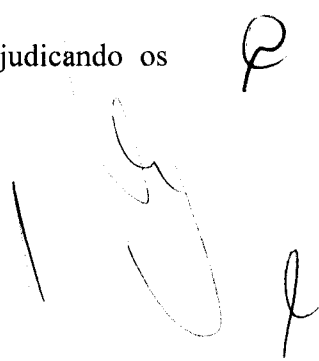
p. colocar o relatório de que trata a alínea “o” acima à disposição dos titulares das Debêntures da 2ª Emissão, ao menos nos seguintes locais:

- i) na sede da Emissora;
- ii) no escritório do Agente Fiduciário da 2ª Emissão;
- iii) na CVM;
- iv) na CETIP; e
- v) na sede do Coordenador Líder.

- q. manter atualizada a relação dos Debenturistas da 2ª Emissão e seus endereços;
- r. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura da 2ª Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP ou, conforme este seja aditado, do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP e do Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- s. observar o disposto nesta Escritura da 2ª Emissão quando da movimentação dos recursos depositados na Conta da 2ª Emissão, no Fundo de Amortização – 2ª Emissão, na Conta de Despesas 2 e na Conta Banco Mandatário 2;
- t. notificar os Debenturistas da 2ª Emissão, se possível individualmente, do descumprimento pela Emissora, pelo Estado, por qualquer dos Bancos Arrecadadores, pelo Banco Centralizador, pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão e/ou pelos demais signatários dos Documentos da Operação de suas respectivas obrigações lá assumidas, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, contado do término do prazo estabelecido no competente Documento da Operação para que seja sanado o respectivo inadimplemento, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
- u. exigir dos signatários dos Documentos da Operação os dados, as informações e os relatórios por estes devidos ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão, na periodicidade definida em cada instrumento jurídico, bem como o cumprimento tempestivo de suas demais obrigações em face do Agente Fiduciário da 2ª Emissão.

#### **9.4 Atribuições Específicas**

9.4.1. O Agente Fiduciário da 2ª Emissão usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos direitos, interesses e prerrogativas da comunhão dos Debenturistas da 2ª Emissão e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura da 2ª Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures da 2ª Emissão e cobrar seu principal e acessório;
  - b) executar as garantias adicionais, aplicando o produto no pagamento, integral ou parcial das Debêntures da 2ª Emissão, observando os termos desta Escritura da 2ª Emissão;
  - c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas da 2ª Emissão;
  - d) ser diligente caso atue em outras emissões da Emissora, não prejudicando os Debenturistas da 2ª Emissão;
- 

e) representar os titulares das Debêntures da 2ª Emissão na hipótese de falência, recuperação judicial/extrajudicial, intervenção, liquidação extrajudicial ou evento semelhante da Emissora; e

f) notificar o Agente Fiduciário da 1ª Emissão e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação da 1ª Série, Evento de Amortização Antecipada das Debêntures da 1ª Série e/ou Evento de Vencimento Antecipado, bem como da ocorrência de determinação de amortização antecipada e/ou declaração de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão.

9.4.2. Nos termos do parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “c” do item 9.4.1 se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de 100% (cem por cento) das Debêntures da 2ª Emissão em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” do item 9.4.1 acima.

9.4.3. O Agente Fiduciário da 2ª Emissão será responsável por verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade, a completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações contidas nesta Escritura da 2ª Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, nos termos do inciso V do artigo 12 da Instrução CVM 28.

## **9.5 Remuneração do Agente Fiduciário da 2ª Emissão**

9.5.1. Será devida ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições, nos termos da lei e desta Escritura de 2ª Emissão, uma remuneração paga da seguinte forma:

a) parcelas mensais de R\$1.200,00 (mil e duzentos reais) para as Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, sendo devida a 1ª (primeira) parcela mensal em 30 (trinta) dias contados a partir da data de assinatura desta Escritura da 2ª Emissão e as demais nas mesmas datas dos meses subsequentes, até o vencimento final da 2ª Emissão; e

b) parcelas mensais de R\$1.000,00 (mil reais) para as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão, sendo devida a 1ª (primeira) parcela mensal em 30 (trinta) dias contados a partir da data da assinatura desta Escritura da 2ª Emissão e as demais nas mesmas datas dos meses subsequentes, até o vencimento final da 2ª Emissão; e

c) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures da 2ª Emissão, caso o Agente Fiduciário da 2ª Emissão ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.5.1.1. Os impostos e contribuições incidentes sobre os honorários (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS e CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) serão de responsabilidade do Agente Fiduciário da 2ª Emissão pelas alíquotas vigentes na data dos pagamentos.

9.5.1.2. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures da 2ª Emissão ou de “reestruturação das condições” das Debêntures da 2ª Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão, em adição à remuneração e demais valores devidos nos termos desta Escritura da 2ª Emissão, o valor de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por homem-hora de trabalho dedicado (i) à execução das garantias, (ii) comparecimento a reuniões formais com a Emissora e/ou com os Debenturistas da 2ª Emissão, e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos. Os valores acima deverão ser pagos ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega, pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão, de relatório pormenorizado contendo descrição e tempo despendido pelos representantes do Agente Fiduciário da 2ª Emissão com cada tarefa. Entende-se por “reestruturação das condições” das Debêntures da 2ª Emissão eventos relacionados à alteração ou modificação (i) das garantias, (ii) dos prazos de pagamento e (iii) das condições vinculadas ao vencimento antecipado dos títulos.

9.5.2. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures da 2ª Emissão em circulação, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão fará *jus* somente à remuneração a este devida, calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que efetivamente este faz *jus*, atualizada com base na variação percentual acumulada do IPC-FIPE, desde o pagamento antecipado até a data da efetiva devolução dos valores.

9.5.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão nos termos do item 9.5.1 será atualizada anualmente ou na menor periodicidade admitida em lei, a partir da Data de Emissão, com base na variação percentual acumulada do IPC-FIPE, ou, na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo.

9.5.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração devida ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa e juros de mora, na forma definida para as obrigações da Emissora nesta Escritura da 2ª Emissão e no Contrato de Prestação de Serviços CPSEC nº 04/2014, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 2ª Emissão.

## 9.6 Despesas

9.6.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário da 2ª Emissão de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures da 2ª Emissão ou para realizar seus créditos.

9.6.2 O ressarcimento que se refere o item 9.6.1 acima será efetuado imediatamente após a entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures da 2ª Emissão, incluindo, mas não se limitando a, notas fiscais, faturas e/ou outros documentos comprobatórios satisfatórios à Emissora a seu exclusivo critério.

9.6.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas comprovadas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário da 2ª Emissão venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares das Debêntures da 2ª Emissão deverão ser por estes previamente aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas e adiantadas pelos titulares das Debêntures da 2ª Emissão e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas poderão ser debitadas da Conta da 2ª Emissão, sendo que incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos judiciais, custas processuais e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão enquanto representante da comunhão dos titulares das Debêntures da 2ª Emissão desde que devidamente comprovadas, razoáveis e em conformidade com as melhores práticas de mercado e nos limites necessários para a preservação dos direitos dos Debenturistas da 2ª Emissão, observados os limites constantes nos itens 9.6.5 e 9.6.6. Eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais também poderão ser debitadas da Conta da 2ª Emissão, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário da 2ª Emissão, na hipótese de a Emissora permanecer inadimplente com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, sem prejuízo de o Agente Fiduciário da 2ª Emissão poder solicitar garantia prévia dos titulares das Debêntures da 2ª Emissão para cobertura do risco de sucumbência.

9.6.4 As despesas referidas na Cláusula 9.6.3 acima compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura da 2ª Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) emissão de certidões;
- c) custos incorridos no transporte de representantes do Agente Fiduciário da 2ª Emissão entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao

desempenho das funções, respeitando o limite definido com a Emissora e/ou com os titulares das Debêntures da 2ª Emissão; e

d) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, desde que necessários à defesa dos interesses dos titulares das Debêntures da 2ª Emissão.

9.6.5 Fica o Agente Fiduciário da 2ª Emissão, neste ato, autorizado a debitar da Conta da 2ª Emissão, em relação ao pagamento de honorários advocatícios de terceiros de que trata o item 9.6.3, o valor máximo de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), exceto se outro valor aprovado pelos titulares das Debêntures da 2ª Emissão com a anuência da Emissora, de contratação por meio de processo de escolha de proposta de menor valor dentre no mínimo 3 (três) propostas de escritórios com notória especialização para prestação dos serviços citados, em conformidade com as melhores práticas de mercado, em preços razoáveis a critério dos Debenturistas da 2ª Emissão, e nos limites necessários à preservação dos direitos dos Debenturistas da 2ª Emissão.

9.6.6 As despesas com depósitos judiciais, custas processuais, taxas judiciárias e emolumentos em geral de que trata o item 9.6.3 e as despesas de que trata o item 9.6.4 estarão limitadas ao valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Para realização de despesas com valores superiores a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), inclusive das despesas de que trata o item 9.6.5 acima, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá solicitar autorização prévia à Emissora, justificando sua necessidade e razoabilidade, a qual não poderá negá-la sem motivo justificado. No caso de a negativa da Emissora ser considerada injustificada, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão poderá ainda realizar a despesa com recursos disponíveis na Conta da 2ª Emissão ou ainda recursos recolhidos dos Debenturistas da 2ª Emissão e cobrar judicialmente da Emissora o respectivo reembolso.

9.6.7 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário da 2ª Emissão em razão de ações realizadas no exercício de suas atribuições, poderão ser descontadas da Conta da 2ª Emissão ou suportadas pelos Debenturistas da 2ª Emissão. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário da 2ª Emissão e deverão ser igualmente adiantados pelos titulares das Debêntures da 2ª Emissão caso não haja recursos suficientes na Conta da 2ª Emissão.

9.6.8 O crédito do Agente Fiduciário da 2ª Emissão por despesas incorridas para proteger os direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares das Debêntures da 2ª Emissão, que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures da 2ª Emissão, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.



## 9.7 Conta de Despesas 2

9.7.1 Em até 120 (cento e vinte) dias da data da integralização das Debêntures da 2ª Emissão, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, a Emissora deverá manter na conta corrente de movimentação restrita de nº 18.155-2, agência nº 1897-X, de sua titularidade, junto ao Banco do Brasil S.A. (“Conta de Despesas 2”), o montante inicial de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) equivalente ao valor previsto para o pagamento das despesas e custos necessários à manutenção dos serviços necessários à 2ª Emissão, incluindo, mas não se limitando, a custos e despesas tais como com o Agente Fiduciário da 2ª Emissão, a agência de rating, o Escriturador Mandatário, a CETIP, banco depositário das Contas Vinculadas Adicionais da 2ª Emissão, referente aos 24 (vinte e quatro meses) subsequentes, em moeda corrente nacional e/ou aplicações financeiras, para pagamento de tais despesas e custos e para o pagamento das despesas e custos necessários à manutenção dos serviços necessários à 2ª Emissão, devendo o valor acima ser informado anualmente pela Emissora ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão. A Conta de Despesas 2 será movimentada exclusivamente pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão, por conta e ordem da Emissora, nos termos desta Escritura da 2ª Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão.

9.7.2 Observado o disposto na Cláusula 3.22.2 acima, os recursos da Conta da 2ª Emissão deverão ser transferidos pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão para a Conta de Despesas 2, até que os recursos, em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, mantidos e/ou vinculados à Conta de Despesas 2, atinjam o valor mínimo estabelecido na Cláusula 9.7.1 acima.

9.7.3 Fica o Agente Fiduciário da 2ª Emissão, neste ato, autorizado a debitar da Conta de Despesas 2, valores equivalentes a despesas e custos necessários à manutenção dos serviços necessários à 2ª Emissão, incluindo, mas não se limitando, à remuneração em atraso dos prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura da 2ª Emissão, incluindo o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o sistema de negociação das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão no mercado secundário e a Agência de Classificação de Risco. Na hipótese de utilização dos recursos das Contas de Despesas 2, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão, agindo por conta e ordem da Emissora, deverá, imediatamente, transferir recursos da Conta da 2ª Emissão para a Conta de Despesas 2, em montante suficiente para efetuar o seu reenquadramento.

9.7.4 Caso os recursos da Conta da 2ª Emissão não sejam suficientes para o reenquadramento da Conta de Despesas 2, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá comunicar o montante faltante para o reenquadramento da Conta de Despesas 2 ao Agente Fiduciário da 1ª Emissão, ou o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, após a emissão das Debêntures da 3ª Emissão, conforme estipulado no Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP ou, conforme este seja aditado, do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP, para que, caso haja recursos na Conta de Excedente PPI (também cedida aos

Debenturistas da 1ª Emissão e aos Debenturistas da 3ª Emissão nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão), esses sejam transferidos para a Conta da 2ª Emissão.

#### **9.5 Declarações e Garantias do Agente Fiduciário da 2ª Emissão**

9.8.1. O Agente Fiduciário da 2ª Emissão declara e garante à Emissora que:

- a) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas de lei, conforme estabelecido no § 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e nas demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e as atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura da 2ª Emissão;
- c) aceita integralmente a presente Escritura da 2ª Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- d) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) está ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e pela CVM;
- f) não se encontra em nenhuma situação de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- g) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- h) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura da 2ª Emissão, na Data de Emissão, nos documentos e informações prestados pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário da 2ª Emissão não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas;
- i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura da 2ª Emissão e os demais Documentos da 2ª Operação, em que o Agente Fiduciário da 2ª Emissão comparece como parte ou interveniente, e a cumprir com suas obrigações previstas nesses instrumentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- j) a celebração desta Escritura da 2ª Emissão e dos demais Documentos da 2ª Operação, em que comparece como parte ou interveniente, e o cumprimento de suas obrigações ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão;

- k) esta Escritura da 2ª Emissão e os demais Documentos da 2ª Operação, em que comparece como parte ou interveniente, constituem uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário da 2ª Emissão, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- l) que o representante legal que assina esta Escritura da 2ª Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário da 2ª Emissão, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;
- m) cumpre, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução dos seus negócios;
- n) poderá participar de outras emissões da Emissora na qualidade de agente fiduciário ou de outro prestador de serviço, tendo sido vencedor do processo licitatório CPSEC 04/2014 por meio do qual foi determinada sua contratação como agente fiduciário da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública da Companhia Paulista de Securitização; e
- o) na data de assinatura desta Escritura da 2ª Emissão, a cessão fiduciária das Contas Vinculadas Adicionais da 2ª Emissão não é suficiente, uma vez que não existe saldo nas referidas contas, adicionalmente, tal garantia estará constituída após os devidos registros previstos no item 2.5.1 da Cláusula Segunda, sendo certo que a execução da referida garantia sujeita-se aos riscos indicados no item 3.6 da Cláusula Terceira e no Anexo II desta Escritura da 2ª Emissão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

Às Assembleias Gerais de Debenturistas, aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

##### **10.1 Convocação**

10.1.1 Os Debenturistas da 2ª Emissão de cada uma das Séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da 2ª Emissão da respectiva série, sendo que:

- I. quando o assunto a ser deliberado for comum aos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão e aos Debenturistas da 2ª Série da 2ª Emissão, ambos poderão, a

qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas conjunta, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto na Cláusula 8.1 (d); e

II. quando o assunto a ser deliberado for específico aos Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão ou aos Debenturistas da 2ª Série da 2ª Emissão, estes, conforme o caso, poderão, a qualquer tempo, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão ou Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª Série da 2ª Emissão, conforme o caso, que se realizará em separado, computando-se em separado os respectivos *quora* de convocação, instalação e deliberação.

10.1.2 Os procedimentos previstos nesta Cláusula serão aplicados à Assembleia Geral de Debenturistas e às Assembleias de Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão ou às Assembleias de Debenturistas da 2ª Série da 2ª Emissão, conforme o caso, e os *quora* aqui previstos deverão ser calculados levando-se em consideração o total de Debêntures em circulação de ambas as Séries ou o total de Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão e/ou 2ª Série da 2ª Emissão em circulação, conforme o caso.

10.1.3 As Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª Emissão podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão, pela Emissora, por titulares das Debêntures da 2ª Emissão que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da 2ª Emissão em circulação de cada uma das Séries, ou pela CVM.

10.1.4 A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª Emissão deverá ser realizada no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas e, segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

10.1.5 As deliberações tomadas pelos Debenturistas da 2ª Emissão no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura da 2ª Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures da 2ª Emissão em circulação de cada uma das Séries, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª Emissão das respectivas Séries ou do voto proferido nas Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª Emissão das respectivas Séries.

10.1.6 Serão consideradas regulares as Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª Emissão a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação de cada uma das Séries, independentemente de publicações e/ou avisos.

## 10.2 Quorum de Instalação

10.2.1. A(s) Assembleia(s) Geral(is) da 2ª Emissão de cada uma das Séries se instalará(ão), em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão em circulação ou, 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão em circulação, conforme o caso, e em segunda convocação com qualquer número de Debenturistas, sendo que em caso de Assembleia Geral de Debenturistas comum às duas Séries, nos termos do item 10.1.1 acima, para fins de cálculo de *quórum* de instalação, será considerada a totalidade das Debêntures da 2ª Emissão em circulação, independentemente da série a que pertença.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos os *quora* de instalação e/ou deliberação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura da 2ª Emissão, consideram-se Debêntures da 2ª Emissão em circulação todas as Debêntures da 2ª Emissão subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) controladores (ou grupo de controle da Emissora); e (b) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a tais administradores.

## 10.3 Mesa Diretora

10.3.1. A presidência de cada Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista da 2ª Emissão eleito pelos titulares das Debêntures da 2ª Emissão ou àquele que for designado pela CVM.

## 10.4 Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª Emissão, a cada Debênture da 2ª Emissão em circulação caberá um voto, sendo admitida a constituição de mandatário, Debenturista da 2ª Emissão ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.4.2 abaixo, toda matéria objeto de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser aprovada por Debenturistas da 2ª Emissão representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 2ª Emissão em circulação.

10.4.2. Não estão incluído nos *quora* mencionados na Cláusula 10.4.1 acima:

- (i) os *quora* expressamente previstos em outros itens desta Escritura da 2ª Emissão;
- (ii) qualquer alteração às condições das Debêntures da 2ª Emissão e/ou relacionadas à rescisão ou aditamento do Contrato de Cessão do PEP, a qual deverá ser aprovada por Debenturistas da 2ª Emissão titulares de, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures da 2ª Emissão em circulação; e

- (iii) alterações dos *quora* estabelecidos nesta Escritura da 2ª Emissão e/ou das disposições previstas na Cláusula 10.4.1 acima, os quais deverão ser aprovadas, em qualquer convocação, por Debenturistas da 2ª Emissão que representem 100% (cem por cento) das Debêntures da 2ª Emissão em circulação.

## **10.5 Outras Disposições à Assembleia Geral de Debenturistas**

10.5.1. Será facultada a presença dos representantes (inclusive legais) da Emissora em quaisquer Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª Emissão.

10.5.2. O Agente Fiduciário da 2ª Emissão deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª Emissão e prestar aos Debenturistas da 2ª Emissão as informações que lhe forem solicitadas.

10.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas da 2ª Emissão no que couber o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

11.1 A Emissora declara e garante que:

- a) é uma sociedade por ações de capital aberto, devidamente constituída, sob a forma de companhia aberta, categoria B, nos termos da Instrução CVM 480, com existência válida e em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura da 2ª Emissão e os demais Documentos da 2ª Operação e a cumprir com suas obrigações previstas nesses instrumentos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) os representantes legais que assinam esta Escritura da 2ª Emissão e os demais Documentos da 2ª Operação têm poderes estatutários para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- d) a celebração desta Escritura da 2ª Emissão e dos demais Documentos da 2ª Operação e o cumprimento das obrigações ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e pelo Estado;
- e) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação ou licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, adicional aos

já conhecidos, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura da 2ª Emissão e dos demais Documentos da 2ª Operação, ou para a realização da Emissão, exceto (i) o arquivamento desta Escritura da 2ª Emissão na JUCESP; (ii) o registro do Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos; (iii) registro das Debêntures da 2ª Emissão junto ao MDA e ao CETIP21.

f) esta Escritura da 2ª Emissão, as obrigações aqui assumidas, bem como as obrigações assumidas nos demais Documentos da 2ª Operação constituem obrigações legais, válidas e vinculantes da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;

g) o material de “marketing” relativo à 2ª Emissão das Debêntures da 2ª Emissão contém todas as informações relevantes em relação à Emissora e ao Estado no contexto da presente 2ª Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures da 2ª Emissão, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas;

h) a celebração da Escritura da 2ª Emissão e dos demais Documentos da 2ª Operação e a colocação das Debêntures da 2ª Emissão não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e pelo Estado, nem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou o Estado sejam parte, e não irá resultar em:

i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos;

ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto aqueles existentes na presente data ou relativos ou previstos nos Documentos da 2ª Operação; e

iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.

i) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2013, bem como ao período de 9 (nove) meses encerrado em 30 de setembro de 2013 e em 30 de setembro de 2014, representam corretamente a posição patrimonial e financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os quais foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos. Desde 30 de setembro de 2014 não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer

operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios e que seja relevante para a Emissora;

j) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

k) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades;

l) tem, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais, se houver) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto no que se referir a autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para as suas atividades e situação financeira;

m) a Emissora desconhece a existência de pendências judiciais, administrativas ou arbitrais de qualquer natureza que possam afetar negativamente e de forma relevante o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e, no seu melhor conhecimento, pelo Estado nos Documentos da Operação;

n) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário da 2ª Emissão que o impeça de exercer plenamente suas funções com relação à 2ª Emissão;

o) não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário da 2ª Emissão de exercer, plenamente, suas funções, nos termos do § 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e das demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

p) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão são corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes sobre a Emissora para a tomada de decisão de investimento;

q) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, inclusive acerca da forma de cálculo da Remuneração da 3ª Emissão, a qual foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé; e

r) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa SELIC.

11.2 A Emissora obriga-se a informar imediatamente ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão caso qualquer das declarações acima prestadas deixe de ser verdadeira. As declarações



prestadas pela Emissora nesta Escritura da 2ª Emissão subsistirão até o pagamento integral das Debêntures da 2ª Emissão. Fica a Emissora responsável por eventuais prejuízos que decorram da falsidade ou inexatidão destas declarações, sem prejuízo de configurar a ocorrência de um vencimento antecipado das Debêntures da 2ª Emissão, observado os prazos para purgação da mora previstos na Escritura da 2ª Emissão, e, consequentemente, ensejar, de pleno direito, a execução da garantia constituída por meio do Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS NOTIFICAÇÕES**

### **12.1 Notificações**

12.1.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura da 2ª Emissão deverão ser encaminhadas igualmente para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

**COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO**

At.: Diretor Presidente

Avenida Rangel Pestana, 300 – 3º andar

São Paulo – SP

CEP: 01017-911

Telefone: (+55 11) 3243-2819

Fac-símile: (+55 11) 3243-2830

E-mail: cpsecfaz@fazenda.sp.gov.br

para o Agente Fiduciário da 2ª Emissão:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

At: Antonio Amaro ou Monique Garcia

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22640-100

Tel.: (21) 3514-0000

Fac-símile: (21) 3514-0099

E-mail: gerl.agente@oliveiratrust.com.br; antonio.amaro@oliveiratrust.com.br e  
scc@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriurador Mandatário:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

At.: Sr. Dalmir Nogueira Coelho

Rua Ururai, 111 - Prédio B – Térreo

CEP: 03084-010– São Paulo – SP

Telefone: (+55 11) 2797-4207

Fac-símile: (+55 11) 2797-3140

E-mail: dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br

12.1.2 Observado o quanto disposto na Cláusula 12.1.3 abaixo, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (“answer back”), via *e-mail* ou por outro meio de transmissão eletrônica. Será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, *e-mail* ou outro meio transmissão eletrônica, ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação. Os originais dos documentos enviados por meio de fac-símile ou *e-mail* deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3 Todas as comunicações dirigidas à Emissora serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo.

12.1.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada por cada Parte às demais, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da ocorrência do evento.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### 13.1 Renúncia

13.1.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura da 2ª Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos titulares das Debêntures da 2ª Emissão em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer inadimplemento ou atraso. A nulidade ou invalidade de qualquer das cláusulas contratuais aqui previstas não prejudicará a validade e eficácia das demais cláusulas e disposições aplicáveis.

#### 13.2 Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

13.2.1. Esta Escritura da 2ª Emissão e as Debêntures da 2ª Emissão constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura da 2ª Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes

do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures da 2ª Emissão nos termos da Cláusula 7 desta Escritura da 2ª Emissão.

### **13.3 Independência das disposições da Escritura da 2ª Emissão**

13.3.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura da 2ª Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

### **13.4 Prazos**

13.4.1. Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura da 2ª Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura da 2ª Emissão serão computados de acordo com a regra prevista no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

### **13.5 Irrevogabilidade e Sucessores**

11.5.1. A presente Escritura da 2ª Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

### **13.6 Lei Aplicável**

13.6.1. Esta Escritura da 2ª Emissão será regida e interpretada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

### **13.7 Solução de Disputas**

13.7.1. Para todos os fins e efeitos de direito, tendo em vista a natureza única e exclusivamente patrimonial das obrigações assumidas pelas Partes nos Documentos da Operação, cada uma das Partes reconhece, desde já, a relevância de qualquer pedido judicial de tutela antecipada feito com base nas disposições desta Escritura da 2ª Emissão, assim como a caracterização do dano iminente para os Debenturistas da 2ª Emissão, na hipótese do descumprimento de qualquer das obrigações assumidas nesta Escritura da 2ª Emissão.

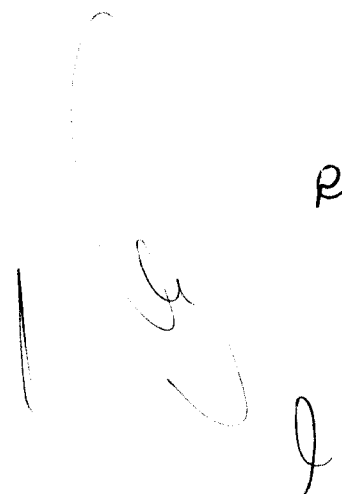
### **13.8 Foro**

13.8.1. Fica eleito o foro da comarca da capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura da 2ª Emissão.

E por estarem justas e acordadas, assinam as Partes a presente Escritura da 2ª Emissão, em caráter irrevogável e irretratável, em 3 (três) vias de igual teor e conteúdo perante as duas testemunhas adiante assinadas.

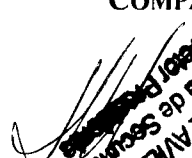
São Paulo, 19 de dezembro de 2014.

[RESTANTE DESTA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

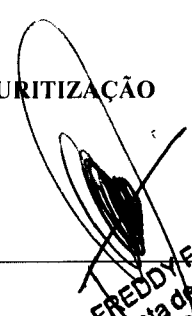
Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'R' followed by a large, stylized flourish. Below it, there are initials that look like 'L' and 'J'.

*Página de assinaturas 01 de 02 da Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Paulista de Securitização celebrada em 19 de dezembro de 2014*

COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

JORGE LUIZ AVILA DA SILVA  
Diretor Presidente  
Companhia Paulista de Securitização - CPSEC

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_

MAX FREDDYRAUENDORF  
Diretor  
Companhia Paulista de Securitização - CPSEC

*Página de assinaturas 02 de 02 da Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Paulista de Securitização celebrada em 19 de dezembro de 2014*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES  
MOBILIÁRIOS S.A.**



Nome:

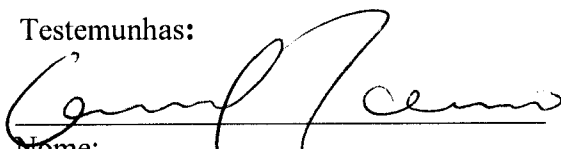
Cargo:

Nome:

Cargo:

Fernando Nunes Lúis  
Procurador

Testemunhas:



Nome:

RG:

Daniel de Abreu Ribeiro  
CPF: 082.151.726-01  
RG: MG.839.850-5

Nome:

RG:

Ricardo Lucas Dara da Silva  
CPF: 394.911.448-39  
RG: 47.469.586-4

[O RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

## Anexo I

### Termos Definidos

Os termos e as expressões adotados nesta Escritura da 2ª Emissão, grafados em letra maiúscula, terão os significados a eles abaixo atribuídos, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural:

- 1) “2ª Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula Segunda desta Escritura da 2ª Emissão;
- 2) “AGE”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 1.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 3) “Agência de Classificação de Risco”: significa a agência de classificação de risco contratada pela Emissora nos termos da alínea “l” da cláusula 8.1 desta Escritura da 2ª Emissão para emitir a classificação de risco das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão;
- 4) “Agente” significa quaisquer acionistas, administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos, mandatários de qualquer pessoa, de direito público ou privado, servidores do Estado e seus respectivos órgãos, que tenha(m) sido expressamente autorizado(s), por contrato ou lei, a atuar em nome da referida pessoa;
- 5) “Agente Fiduciário da 1ª Emissão”: significa o representante dos titulares das Debêntures da 1ª Emissão, conforme identificado na Escritura da 1ª Emissão;
- 6) “Agente Fiduciário da 2ª Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura da 2ª Emissão;
- 7) “Agente Fiduciário da 3ª Emissão”: significa, se e quando emitidas as Debêntures da 3ª Emissão, o representante dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão, conforme identificado na Escritura da 3ª Emissão;
- 8) “Amortização Antecipada das Debêntures da 2ª Série”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.6.1 desta Escritura da 2ª Emissão
- 9) “ANBIMA” significa a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
- 10) “Assembleia Geral de Debenturistas”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 10.1.1 desta Escritura da 2ª Emissão;

- 11) “Aviso aos Debenturistas”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.20.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 12) “Bancos Arrecadadores”: significa, isoladamente ou em conjunto, (i) cada uma das instituições financeiras perfiladas no “Anexo IV”; e (ii) outras instituições financeiras que venham a atuar como agentes arrecadadores de recursos do Estado nos termos da Resolução;
- 13) “Banco Centralizador”: significa o Banco do Brasil S.A., sociedade de economia mista, com sede na Capital Federal, Setor Bancário Sul, Quadra I, Bloco C, Edifício Sede III, 24º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91, ou seu sucessor na qualidade de agente financeiro do Tesouro do Estado de São Paulo;
- 14) “Banco Liquidante”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.13.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 15) “Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1”: significa o “*Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1*”, datado de 20 de abril de 2012, pelo qual o Estado subscreveu e integralizou mediante a cessão dos Direitos Creditórios do PPI parte das debêntures emitidas nos termos da Escritura de Debêntures Subordinadas;
- 16) “Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2”: significa o “*Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2*”, datado de 20 de abril de 2012, pelo qual o Estado subscreveu e integralizou mediante a cessão dos Direitos Creditórios do PPI parte das debêntures emitidas nos termos da Escritura de Debêntures Subordinadas;
- 17) “Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3”: significa o “*Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3*”, datado de 20 de abril de 2012, pelo qual o Estado subscreveu e integralizou mediante a cessão dos Direitos Creditórios do PPI parte das debêntures emitidas nos termos da Escritura de Debêntures Subordinadas;
- 18) “Carta de Ciência”: significa a comunicação aos Bancos Arrecadadores sobre a cessão dos Direitos Creditórios do PPI e dos Direitos Creditórios do PEP, contendo a assinatura dos Bancos Arrecadadores, presentes e futuros, preparada substancialmente na forma do “Anexo III” ao Contrato de Cessão do PPI e na forma do “Anexo III” ao Contrato de Cessão do PEP, conforme aplicável;
- 19) “CD-R”: significa os exemplares de CD-R entregues ao Banco Centralizador pelo Estado, nos termos do Contrato de Cessão do PPI e do Contrato de Cessão do PEP, devidamente numerados, identificados e sem possibilidade de editoração, contendo informações que permitam a individualização e a identificação de cada Contribuinte



devedor dos Direitos Creditórios do PPI e dos Direitos Creditórios do PEP por meio do Código Criptografado;

- 20) “CETIP”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.4.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 21) “CETIP21”: Módulo CETIP 21 - Títulos e Valores Mobiliários;
- 22) “CF”: significa a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- 23) “Cláusula”: significa qualquer cláusula desta Escritura da 2ª Emissão;
- 24) “CNPJ”: significa o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
- 25) “Código ANBIMA de Atividades Conveniadas”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.1.2 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 26) “Código Criptografado”: significa o código fornecido pelo Estado para identificação e individualização de cada Parcelamento do PEP e de cada Parcelamento do PPI de modo a manter o sigilo fiscal de cada Contribuinte;
- 27) “Comunicação de Dação em Pagamento”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.21.15 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 28) “Conta Banco Mandatário 1”: significa a conta corrente de movimentação restrita de nº 02045-5, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 0057 do Itaú Unibanco S.A. ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 1ª Emissão;
- 29) “Conta Banco Mandatário 2”: significa a conta corrente de movimentação restrita nº 14270-5, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 0057 do Itaú Unibanco S.A. ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 2ª Emissão;
- 30) “Conta da 2ª Emissão”: significa a conta corrente de movimentação restrita nº 18.154-4, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco do Brasil S.A. ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 2ª Emissão;

- 31) “Conta de Despesas 2”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 9.7.1 desta Escritura da 2ª Emissão, ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 2ª Emissão;
- 32) “Conta de Despesas 3”: significa a conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora a ser aberta previamente à subscrição e integralização das Debêntures da 3ª Emissão, se emitidas, conforme definida na Escritura da 3ª Emissão;
- 33) “Conta de Excedente PPI”: significa a conta corrente de movimentação restrita nº 116.250-0, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco Centralizador, ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 2ª Emissão e do Agente Fiduciário da 3ª Emissão, se emitidas as Debêntures da 3ª Emissão;
- 34) “Conta Fundo de Amortização da 1ª Emissão” significa a conta corrente de movimentação restrita de nº 118.250-1 da agência nº 1897-X, de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco do Brasil S.A., ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 1ª Emissão;
- 35) “Conta de Livre Movimentação CPSEC”: significa a conta corrente de livre movimentação de nº 7.888-3, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco do Brasil S.A. ou outra conta corrente de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora;
- 36) “Conta de Livre Movimentação PEP”: significa a conta corrente de livre movimentação de nº 18.156-0, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco do Brasil S.A. ou outra conta corrente de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora;
- 37) “Conta de Livre Movimentação PPI”: significa a conta corrente de livre movimentação de nº 18.153-6, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco do Brasil S.A. ou outra conta corrente de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora;
- 38) “Conta de Recebimento PEP”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.21.4 desta Escritura da 2ª Emissão, ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito,

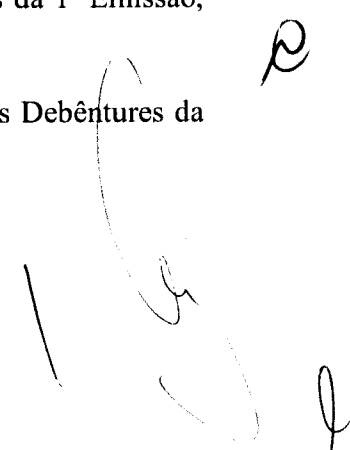
pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 1ª Emissão e do Agente Fiduciário da 3ª Emissão, se emitidas as Debêntures da 3ª Emissão;

- 39) “Conta de Recebimento PPI”: significa a conta corrente de movimentação restrita de nº 8.250-3, de titularidade da Emissora, mantida na agência nº 1897-X do Banco do Brasil S.A. ou outra conta corrente de movimentação restrita de titularidade da Emissora, prévia e expressamente informada, por escrito, pela Emissora, com anuência do Agente Fiduciário da 1ª Emissão;
- 40) “Conta Fundo de Amortização”: significa a conta corrente nº 118.250-1 da agência nº 1897-X, de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco Centralizador;
- 41) “Contas Vinculadas Adicionais da 2ª Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.10.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 42) “Contrato de Arrecadação”: significa cada um dos instrumentos jurídicos celebrados com cada um dos Bancos Arrecadadores, nos termos da Resolução, conforme aditado, conforme identificados no “Anexo I” do Contrato de Cessão do PEP;
- 43) “Contrato de Centralização e Repasse de Recursos”: significa o “*Contrato de Centralização e Repasse de Recursos*”, celebrado em 16 de abril de 2012, conforme aditado, entre o Estado e o Banco Centralizador, com anuência e interveniência da Emissora e do Agente Fiduciário da 1ª Emissão, o qual deverá ser novamente aditado para inclusão do Agente Fiduciário da 3ª Emissão previamente à subscrição e integralização das Debêntures da 3ª Emissão, se emitidas;
- 44) “Contrato de Cessão do PEP”: significa o “*Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios do Programa Especial de Parcelamento PEP e Outras Avenças*”, celebrado em 18 de dezembro de 2014;
- 45) “Contrato de Cessão do PPI”: significa, em conjunto, o “*Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças*” celebrado pela Emissora e pelo Estado em 01 de março de 2012, e o Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1, o Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2, o Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3 e o Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PPI, celebrados em 20 de abril de 2012;
- 46) “Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão” significa o “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Contas Bancárias da 2ª Emissão em Garantia e Outras Avenças*”, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 2ª Emissão em 19 de dezembro de 2014;

- 47) “Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão”: significa o “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Contas Bancárias da 3ª Emissão em Garantia e Outras Avenças*”, que será celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão;
- 48) “Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros”: significa o “*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Bens e Ativos Financeiros em Garantia*”, celebrado em 01 de março de 2012 e seus respectivos anexos, por meio do qual são cedidos fiduciariamente, em favor do Agente Fiduciário da 1ª Emissão, os investimentos realizados com os recursos depositados na Conta de Recebimento PPI, na Conta Fundo de Amortização 1 e na Conta Banco Mandatário 1;
- 49) “Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP”: significa o “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária e Outras Avenças*” celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 1ª Emissão, com a interveniência do Agente Fiduciário da 2ª Emissão, em 19 de dezembro de 2014;
- 50) “Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI”: significa o “*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI e Outras Avenças*” a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 1ª Emissão e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão previamente à subscrição e integralização das Debêntures da 3ª Emissão;
- 51) “Contrato de Cessão Fiduciária do PEP” significa o Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP a ser aditado previamente à subscrição e integralização das Debêntures da 3ª Emissão, cujas partes, após o aditamento, serão a Emissora, o Agente Fiduciário da 1ª Emissão e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão com a interveniência do Agente Fiduciário da 2ª Emissão e do Estado;
- 52) “Contrato de Cessão Fiduciária do PPI”: significa, em conjunto, o “*Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*”, celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário da 1ª Emissão e o Estado, em 01 de março de 2012, e o “*Termo de Cessão Fiduciária em Garantia nº 1*”, o “*Termo de Cessão Fiduciária em Garantia nº 2*”, o “*Termo de Cessão Fiduciária em Garantia nº 3*” e o “*Termo de Cessão Fiduciária em Garantia nº 4*”, celebrados em 23 de abril de 2012;
- 53) “Contrato de Custódia de Dados em Mídia de CD-R”, significa o “*Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Mídias Eletrônicas sob forma de CD-R*”, celebrado ou a ser celebrado entre o Estado e o Banco do Brasil S.A. com anuência e interveniência da Emissora e do Agente Fiduciário da 1ª Emissão previamente à subscrição e integralização das Debêntures da 2ª Emissão, o qual

deverá ser aditado para inclusão do Agente Fiduciário da 3ª Emissão previamente à subscrição e integralização das Debêntures da 3ª Emissão, se emitidas;

- 54) “Contrato de Distribuição da 1ª Emissão”: significa o “*Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, de Emissão da Companhia Paulista de Securitização, conduzida Sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação*”, celebrado em 01 de março de 2012;
- 55) “Contrato de Distribuição da 2ª Emissão”: significa o “*Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em 2 (duas) Séries, da Companhia Paulista de Securitização, conduzida Sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação*”, a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores;
- 56) “Contrato de Distribuição da 3ª Emissão”: significa o “*Contrato de Distribuição Pública da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da Companhia Paulista de Securitização, conduzida Sob o Regime Misto de Garantia Firme e de Melhores Esforços de Colocação*”, a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores, se e quando da emissão das Debêntures da 3ª Emissão;
- 57) “Contribuinte”: significa cada Pessoa específica responsável pelo pagamento de créditos tributários, nos termos da legislação aplicável, cujos Direitos Creditórios do PPI e os Direitos Creditórios do PEP foram cedidos à Emissora ao amparo Contrato de Cessão do PPI e do Contrato de Cessão do PEP, conforme aplicável;
- 58) “Coordenador Líder”: significa o Banco Fator S.A.;
- 59) “Coordenadores”: significa Coordenador Líder em conjunto com o Banco ABC Brasil S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A. e o Banco Caixa Geral – Brasil S.A.;
- 60) “CVM”: significa a Comissão de Valores Mobiliários;
- 61) “Cronograma de Pagamento das Debêntures da 1ª Série”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.6.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 62) “Data de Amortização Antecipada das Debêntures da 2ª Série”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.6.1 desta Escritura da 2ª Emissão;

- 63) “Data de Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.7.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 64) “Data de Vencimento da 1ª Série da 2ª Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.1.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 65) “Data de Vencimento da 2ª Série da 2ª Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.1.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 66) “Data de Verificação”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.9.8 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 67) “Debêntures da 1ª Emissão”: significa as debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real da Emissora, emitidas nos termos da Escritura da 1ª Emissão;
- 68) “Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão”: significa as debêntures da 1ª série da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em 2 (duas) séries da Emissora, emitidas nos termos desta Escritura da 2ª Emissão;
- 69) “Debêntures da 2ª Emissão”: significa, em conjunto, as Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão e as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão;
- 70) “Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão”: significa as debêntures da 2ª série da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em (duas) séries da Emissora, emitidas nos termos desta Escritura da 2ª Emissão;
- 71) “Debêntures da 3ª Emissão”: significa as debêntures da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real da Emissora, que serão emitidas nos termos da Escritura da 3ª Emissão;
- 72) “Debêntures Subordinadas”: significa as debêntures subordinadas de emissão privada da Emissora, emitidas nos termos da Escritura de Debêntures Subordinadas;
- 73) “Debenturista da 1ª Emissão”: significa os titulares das Debêntures da 1ª Emissão, observados os termos e condições da Escritura da 1ª Emissão;;
- 74) “Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão”: significa os titulares das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão;
- 

- 75) “Debenturistas da 2ª Emissão”: significa, em conjunto, os Debenturistas da 1ª Série da 2ª Emissão e os Debenturistas da 2ª Série da 2ª Emissão;
- 76) “Debenturistas da 2ª Série da 2ª Emissão”: significa os titulares das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão;
- 77) “Debenturistas da 3ª Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura da 3ª Emissão;
- 78) “Decreto Estadual nº 51.960”: significa o Decreto Estadual nº 51.960, de 4 de julho de 2007, conforme alterado;
- 79) “Decreto Estadual nº 58.811”: significa o Decreto Estadual nº 58.811, de 27 de dezembro de 2012, conforme alterado;
- 80) “Decreto Estadual nº 60.444”: significa o Decreto Estadual nº 60.444, de 13 de maio de 2014, conforme alterado;
- 81) “Decretos Estaduais nº 58.811 e nº 60.444”: significa, em conjunto, o Decreto Estadual nº 58.811 e o Decreto Estadual nº 60.444;
- 82) “Dia Útil”: significa segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional;
- 83) “Direitos Creditórios do PEP”: significa a parcela do fluxo financeiro correspondente a 71% (setenta e um por cento) do Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Vigente de cada Parcelamento do PEP, conforme relacionados em documentos específicos para efetivação da cessão objeto do Contrato de Cessão do PEP, os quais não compreendem os Direitos Creditórios Excluídos do PEP;
- 84) “Direitos Creditórios do PPI”: significa, com referência a cada Parcelamento do PPI, a parcela do fluxo financeiro correspondente a 74% (setenta e quatro por cento) do somatório do valor correspondente ao Saldo Devedor do Parcelamento do PPI Vigente de cada Parcelamento do PPI, conforme relacionados em anexos específicos: (i) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1; (ii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2; (iii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3; e (iv) do Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PPI, os quais não compreendem os Direitos Creditórios Excluídos do PPI;
- 85) “Direitos Creditórios Excluídos do PEP”: significa, com referência a cada Parcelamento do PEP, (a) a parcela do fluxo financeiro correspondente a 29% (vinte e nove por cento) do Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Vigente de cada Parcelamento do PEP, que compreende a Verba Honorária, a Quota Parte dos Municípios e eventual montante relativo ao Saldo Devedor do Parcelamento do PEP

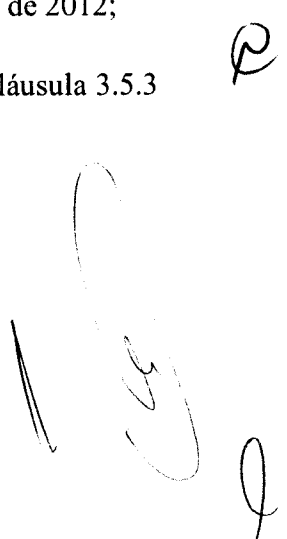
Vigente de cada Parcelamento do PEP pertencente ao Estado que não tenha sido objeto da cessão a ser efetivada nos termos do Contrato de Cessão do PEP; e (b) o que exceder o somatório da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor dos Parcelamentos do PEP Rompidos do respectivo Parcelamento do PEP;

- 86) “Direitos Creditórios Excluídos do PPI”: significa, com referência a cada Parcelamento do PPI, (A) a parcela correspondente a 26% (vinte e seis por cento) do somatório do fluxo financeiro correspondente ao Saldo Devedor do Parcelamento do PPI Vigente de cada Parcelamento do PPI, cedidos pelo Estado à Emissora, nos termos do Contrato de Cessão, que compreende a Verba Honorária e a Quota Parte dos Municípios; e (B) o que exceder o somatório da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor dos Parcelamentos Rompidos do PPI do respectivo Parcelamento do PPI;
- 87) “Documentos da Distribuição da 1ª Emissão”: significa os documentos e materiais, em qualquer meio, utilizados no processo de distribuição das Debêntures da 1ª Emissão, nos termos da Instrução CVM nº 476/09;
- 88) “Documentos da Distribuição da 2ª Emissão”: significa os documentos e materiais, em qualquer meio, utilizados no processo de distribuição das Debêntures da 2ª Emissão, nos termos da Instrução CVM nº 476/09;
- 89) “Documentos da Distribuição da 3ª Emissão”: significa os documentos e materiais, em qualquer meio, que serão utilizados no processo de distribuição das Debêntures da 3ª Emissão, nos termos da Instrução CVM nº 400/03;
- 90) “Documentos da Operação”: significa, em conjunto, os Documentos da 1ª Operação, os Documentos da 2ª Operação e os Documentos da 3ª Operação.
- 91) “Documentos da 1ª Operação”: significa os seguintes documentos, incluindo seus respectivos aditamentos e anexos conforme sejam assinados e formalizados: (i) o Contrato de Cessão do PPI; (ii) Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1; (iii) o Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2; (iv) o Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3; (v) o Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PPI; (vi) a Escritura da 1ª Emissão; (vii) a Escritura de Debêntures Subordinadas; (viii) o Contrato de Cessão Fiduciária do PPI; (ix) o Contrato de Centralização e Repasse; (x) cada Contrato de Arrecadação; (xi) o Contrato de Distribuição da 1ª Emissão; (xii) os Documentos da Distribuição da 1ª Emissão; (xiii) cada Carta de Ciência preparada substancialmente na forma do “Anexo III” do Contrato de Cessão do PPI contendo a assinatura dos Bancos Arrecadadores; (xiv) o Contrato de Cessão Fiduciária de Ativos Financeiros; (xv) o “*Termo de Contrato que entre si celebram o Estado de São Paulo e o Banco do Brasil S.A. para prestação de Serviços de Custódia de Mídias Eletrônicas sob a forma de CD-R*”, celebrado em 20 de abril de 2012;



- 92) “Documentos da 2ª Operação”: significa os seguintes documentos, incluindo seus respectivos aditamentos e anexos conforme sejam assinados e formalizados: (i) o Contrato de Cessão do PEP, bem como os documentos específicos para efetivação da cessão objeto do Contrato de Cessão do PEP; (ii) o aditamento ao Contrato de Centralização e Repasse; (iii) o Contrato de Distribuição da 2ª Emissão; (iv) os Documentos da Distribuição da 2ª Emissão; (v) cada Carta de Ciência preparada substancialmente na forma do “Anexo III” do Contrato de Cessão do PEP contendo a assinatura dos Bancos Arrecadadores; (vi) a Escritura 2ª Emissão; (vii) o Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP; (viii) o Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão; (ix) o “3º Aditamento à Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Paulista de Securitização”, celebrado em 19 de dezembro de 2014; (x) o “2º (Segundo) Aditamento ao Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Subordinadas, Não Conversíveis em Ações, da Companhia Paulista de Securitização”, celebrado em 19 de dezembro de 2014, e (xi) o Contrato de Custódia de Dados em Mídia de CD-R;
- 93) “Documentos da 3ª Operação”: significa os seguintes documentos, conforme sejam assinados (se emitidas as Debêntures da 3ª Emissão), incluindo seus respectivos aditamentos e anexos conforme sejam assinados e formalizados: (i) a Escritura da 3ª Emissão; (ii) o Contrato de Distribuição da 3ª Emissão; (iii) os Documentos da Distribuição da 3ª Emissão; (iv) o Contrato de Cessão Fiduciária do PEP; (v) o Contrato de Cessão Fiduciária da 3ª Emissão; e (vi) o Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PPI;
- 94) “EC 62”: significa a Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009;
- 95) “Emissora”: significa a Companhia Paulista de Securitização, conforme qualificada no preâmbulo desta Escritura da 2ª Emissão;
- 96) “Empresa de Auditoria Independente”: significa qualquer empresa de auditoria registrada na CVM, sendo certo que, no caso de qualquer empresa deixar de ter registro na CVM de auditor independente, será considerada automaticamente impedida de atuar como uma Empresa de Auditoria Independente para fins desta Escritura da 2ª Emissão;
- 97) “Escritura da 1ª Emissão”: significa a “Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Paulista de Securitização”, celebrada em 01 de março de 2012, entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 1ª Emissão, conforme aditada;



- 98) “Escritura da 2ª Emissão”: significa esta “Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Paulista de Securitização”;
- 99) “Escritura da 3ª Emissão”: significa a “Escritura Particular da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, Para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Securitização”, a ser celebrada entre a Emissora e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão;
- 100) “Escritura de Debêntures Subordinadas”: significa o “Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Subordinadas, Não Conversíveis em Ações, da Companhia Paulista de Securitização” celebrado em 01 de dezembro de 2010 pela Emissora, conforme aditado;
- 101) “Escrutador Mandatário”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.13.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 102) “Estado”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.1.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 103) “Eventos de Amortização Antecipada das Debêntures da 1ª Série”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.12.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 104) “Eventos de Avaliação da 1ª Série”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.11.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 105) “Eventos de Indenização do PPI”: significam os seguintes eventos nos quais o Estado obriga-se a indenizar a Emissora, exclusivamente pelo valor que a Emissora deixou de receber por conta dos Direitos Creditórios do PPI: (a) extinção total ou parcial do Direito Creditório do PPI em razão de compensação, liquidação com utilização de crédito acumulado de ICMS ou dação em pagamento; (b) em decorrência da responsabilidade imputada ao cedente pela existência do crédito, nos termos do artigo 295 do Código Civil brasileiro, ou (c) concessão de anistia e/ou remissão, que tenha por objeto a extinção total ou parcial dos Direitos Creditórios do PPI ou ainda celebração de transação, com extinção total ou parcial dos Direitos Creditórios do PPI;
- 106) “Eventos de Vencimento Antecipado”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 7.1.1 desta Escritura;

- 107) “Fundo de Amortização – 2ª Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.9.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 108) “Fundo de Amortização – 3ª Emissão”: significa os recursos e as aplicações financeiras vinculadas à Conta de Recebimento PEP a ser constituído para as Debêntures da 3ª Emissão, nos termos da Escritura da 3ª Emissão;
- 109) “GARE”: significa Guia de Arrecadação Estadual;
- 110) “ICMS”: significa o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal de Comunicação - ICMS, de competência dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do artigo 155, inciso II, da CF, disciplinado pela Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e alterações posteriores, e instituído pela Lei Estadual nº 6.374, de 1º de março de 1989, e alterações posteriores;
- 111) “Índice de Cobertura” significa o índice de cobertura calculado nos termos da Cláusula 4.9.9 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 112) “Instituições Autorizadas”: tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.12 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 113) “Instrução CVM 28”: significa a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada;
- 114) “Instrução CVM 358”: tem o significado que lhe é atribuído na alínea “t” da Cláusula 8.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 115) “Instrução CVM 409”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.5.3 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 116) “Instrução CVM 476”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula Segunda desta Escritura da 2ª Emissão;
- 117) “Instrução CVM 520”: significa a Instrução CVM nº 520, de 16 de abril de 2012;
- 118) “Investidores Qualificados”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 3.5.3 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 119) “JUCESP”: significa a Junta Comercial do Estado de São Paulo;
- 

- 120) “Lei Autorizativa”: significa a Lei nº 13.723, de 29 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores, publicada no Diário Oficial de São Paulo, em 30 de setembro de 2009, na Seção I
- 121) “Lei das Sociedades por Ações” tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 2.3.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 122) “MDA”: MDA – Módulo de Distribuição de Ativos;
- 123) “Oferta Restrita”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula Segunda desta Escritura da 2ª Emissão;
- 124) “Parcelamento do PEP”: significa os valores (i) dos créditos tributários relativos ao ICMS, cujos fatos geradores ocorreram até 31 de dezembro de 2013 vencidos e não pagos na sua respectiva data de vencimento, parcelados no âmbito do PEP, acrescidos (ii) das Verbas Honorárias, nos casos de débitos ajuizados pela PGE;
- 125) “Parcelamento do PEP Rompido”: significa cada Parcelamento do PEP considerado rompido, nos termos dos Decretos Estaduais nº 58.811 e nº 60.444;
- 126) “Parcelamento do PPI”: significa o parcelamento, celebrado no âmbito do PPI, cujos fatos geradores ocorreram até 31 de dezembro de 2006;
- 127) “Parcelamento do PPI Rompido”: significa cada Parcelamento do PEP considerado rompido, nos termos dos Decretos Estaduais nº 58.811 e nº 60.444;;
- 128) “Partes”: tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo desta Escritura da 2ª Emissão;
- 129) “PEP”: significa o Programa Especial de Parcelamento – PEP, instituído pelos Decretos Estaduais nº 58.811 e nº 60.444;
- 130) “Período de Capitalização” significa intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do 1º Período de Capitalização, ou na data do pagamento da Remuneração correspondente para a série a que fizer referência imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do pagamento da Remuneração do respectivo período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade;
- 131) “Pessoa”: significa qualquer pessoa natural, pessoa jurídica ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal ou estadual, direta ou indireta, qualquer modalidade de condomínio e/ou de fundo de investimento;

- 132) “PGE”: significa a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo;
- 133) “PPI”: significa o Programa de Parcelamento Incentivado – PPI instituído pelo Decreto Estadual nº 51.960;
- 134) “PRODESP”: significa a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo, sociedade por ações, criada pelo Decreto Lei nº 137, de 24 de julho de 1969, e suas alterações posteriores, inscrita no CNPJ sob o nº 62.577.929/0001-35;
- 135) “Processo de Securitização do PEP e do PPI”: significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Operação por meio dos quais o Estado cede Direitos Creditórios do PEP e os Direitos Creditórios do PPI à Emissora e a Emissora emitiu as Debêntures da 1ª Emissão, as Debêntures da 2ª Emissão e as Debêntures Subordinadas e emitirá as Debêntures da 3ª Emissão;
- 136) “Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Rompido”: significa, com referência a cada Parcelamento do PEP, o valor determinado correspondente à parcela de 71% (setenta e um por cento) do somatório do valor, no momento imediatamente anterior ao Rompimento do Parcelamento PEP, de todas as parcelas vencidas e vincendas de cada Parcelamento do PEP, conforme relacionados em documentos específicos para a efetivação da cessão objeto do Contrato de Cessão do PEP, compreendendo o valor do principal, juros e acréscimos financeiros, calculados na forma prevista nos Decretos Estaduais nº 58.811 e nº 60.444, por meio de cálculo *pro forma pro-rata temporis*, desde o Rompimento do Parcelamento PEP e até que se verifique a liquidação integral dos respectivos Direitos Creditórios do PEP pelo respectivo Contribuinte;
- 137) “Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PPI Rompido”: significa, com referência a cada Parcelamento do PPI, o valor determinado correspondente à parcela de 74% (setenta e quatro por cento) do somatório do valor, de todas as parcelas vencidas e vincendas de cada Parcelamento do PPI, conforme relacionados em anexos específicos (i) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1; (ii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2; (iii) do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3; e (iv) do Termo de Cessão de Direitos Creditórios, os quais não compreendem os Direitos Creditórios Excluídos do PPI, no momento imediatamente anterior ao Rompimento do Parcelamento PPI, compreendendo o valor do principal, juros calculados na forma prevista em lei e os acréscimos previstos no Decreto Estadual nº 51.960, que continuarão incidindo *pro-forma*, observado o critério *pro-rata temporis*, sobre o valor da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento Rompido do PPI do respectivo Parcelamento do PPI, após o Rompimento do Parcelamento PPI e até que se

verifique a liquidação integral dos respectivos Direitos Creditórios do PPI pelo respectivo Contribuinte;

- 138) “Quota Parte dos Municípios”: significa a quota parte de 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, conforme o disposto no inciso IV do artigo 158 da CF;
- 139) “RCA”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 1.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 140) “Relatório Gerencial”: significa o relatório gerencial enviado, pela Emissora, por meio eletrônico ao Agente Fiduciário da 2ª Emissão, até o antepenúltimo Dia Útil de cada mês calendário, observadas as informações fornecidas no relatório elaborado com base no layout contido no “Anexo V” desta Escritura da 2ª Emissão.
- 141) “Remuneração”: significa a Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão em conjunto com a Remuneração das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão;
- 142) “Remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.4.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 143) “Remuneração das Debêntures 2ª Série da 2ª Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.4.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 144) “Rendimentos”: significa qualquer rendimento devido à Emissora decorrente de investimentos realizados com recursos depositados nas Contas Vinculadas Adicionais da 2ª Emissão que sejam permitidos nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária da 2ª Emissão e nos termos da cláusula 4.9.12 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 145) “Resolução”: significa a Resolução SF-40, de 11 de dezembro de 2006, a Resolução SF-45, de 15 de agosto de 2007, a Resolução SF- 80, de 02 de dezembro de 2011, a Resolução SF- 94, de 15 de dezembro de 2014, a Resolução SF- 97, de 18 de dezembro de 2014, e suas respectivas alterações posteriores;
- 146) “Rompimento do Parcelamento PEP”: significa o rompimento de qualquer Parcelamento do PEP, nos termos dos Decretos Estaduais nº 58.811 e nº 60.444; 
- 147) “Rompimento do Parcelamento PPI”: significa o rompimento de qualquer Parcelamento do PPI, nos termos do Decreto Estadual nº 51.960; 
- 148) “Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Vigente”: significa o somatório do valor de todas as parcelas de cada Parcelamento do PEP em vigor, excluídos os

acréscimos financeiros previstos no § 6, do artigo 1º do Decreto Estadual nº 58.811 e no § 6, do artigo 1º do Decreto Estadual nº 60.444;

- 149) “Saldo Devedor do Parcelamento do PPI Vigente”: significa o somatório do valor de todas as parcelas de cada Parcelamento do PPI em vigor, compreendendo o valor do principal do tributo, os juros calculados pela Taxa SELIC e os acréscimos previstos no Decreto Estadual nº 51.960, para o caso de pagamento de parcelas em atraso antes de ocorrer o Rompimento do Parcelamento PPI;
- 150) “Séries”: significa as duas séries das Dêbentures da 2ª Emissão, conforme descritas nesta Escritura da 2ª Emissão;
- 151) “Taxa DI”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.4.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 152) “Taxa SELIC”: significa a taxa básica de juros divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- 153) “Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PPI”: significa o documento datado de 20 de abril de 2012, pelo qual o Estado cedeu à Emissora parcela dos Direitos Creditórios do PPI, nos termos do Contrato de Cessão do PPI;
- 154) “TJSP”: significa Tribunal de Justiça do Estado
- 155) “Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.2.1 desta Escritura da 2ª Emissão;
- 156) “Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão”: tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 5.2.1 desta Escritura da 2ª Emissão; e
- 157) “Verba Honorária”: significa a verba honorária devida à PGE, de que trata o artigo 55 da Lei Complementar nº 93, de 28 de maio de 1974, e suas alterações posteriores, equivalente a 1% (um por cento) do valor do débito fiscal nos termos do Decreto Estadual nº 51.960 ou a 5% (cinco por cento) do valor do débito fiscal, nos termos dos Decretos Estaduais nº 58.811 e nº 60.444, nas hipóteses de débitos ajuizados pela PGE.

Q

## **Anexo II**

### **Fatores de Risco**

#### **Riscos Relacionados à Oferta Restrita**

##### ***Possibilidade de vencimento antecipado***

A Escritura da 2ª Emissão estabelece hipóteses que motivam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às Debêntures da 2ª Emissão. Não há garantia de que a Emissora disporá de recursos suficientes para fazer face ao pagamento das Debêntures da 2ª Emissão na hipótese de ocorrência de eventual vencimento antecipado de suas obrigações, hipótese na qual a Emissora poderá sofrer um impacto adverso relevante nos seus resultados e operações.

##### ***Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures da 1ª Série 2ª Emissão poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão para negociação no mercado secundário***

Um eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures da 1ª Série 2ª Emissão, concedida pela Agência de Classificação de Risco, poderá afetar negativamente o preço das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão e sua negociação no mercado secundário. Não há qualquer garantia de que a classificação de risco outorgada pela Agência de Classificação de Risco, atualizada anualmente, conforme definido nesta Escritura da 2ª Emissão, mantenha-se inalterada enquanto existirem Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão em circulação.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco das Debêntures 1ª Série da 2ª Emissão pode obrigar esses investidores a alienar seus valores mobiliários no mercado secundário, o que poderá impactar negativamente o valor das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão.

##### ***A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures da 2ª Emissão por seus titulares***

A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM nº 476/09 o que significa que as Debêntures da 2ª Emissão somente poderão ser subscritas inicialmente por, no máximo, 50 (cinquenta) investidores qualificados e somente poderão ser negociadas pelos subscritores depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição e entre Investidores Qualificados. Adicionalmente, atualmente, o mercado secundário brasileiro apresenta baixa liquidez para negociações de debêntures, deste modo, os subscritores das



Debêntures da 2ª Emissão não têm nenhuma garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares de Debêntures da 2ª Emissão que queiram vendê-las no mercado secundário.

***Possibilidade de não validação da estipulação da Taxa DI em caso de cobrança judicial das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão***

A Súmula nº 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ enuncia que é nula a cláusula que sujeita o devedor ao pagamento de juros de acordo com a Taxa DI. Referida súmula não vincula as decisões do Poder Judiciário. No entanto, caso o Poder Judiciário considere inválida a utilização da Taxa DI como fator de remuneração das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, o índice que vier a ser indicado para substituir a Taxa DI poderá conceder aos titulares das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão uma remuneração inferior à remuneração inicialmente estabelecida para as Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão.

***Amortização ou resgate antecipado das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão na hipótese de impossibilidade de substituição da Taxa DI e da Taxa SELIC***

As Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão poderão ser objeto de amortização antecipada em caso de impossibilidade de substituição da Taxa DI ou da Taxa SELIC, nos termos dos itens 4.4.3 e 4.4.4 desta Escritura da 2ª Emissão, respectivamente, sem que a Emissora e os Debenturistas da 2ª Emissão consigam determinar um índice substitutivo para as Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão. Os adquirentes das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão poderão não obter o retorno financeiro esperado na aquisição das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão em decorrência de tal resgate, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior àquela aplicada caso as Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

***Colocação sob o regime de melhores esforços de colocação***

Os Coordenadores envidarão os seus melhores esforços para efetuar a colocação das Debêntures da 2ª Emissão. No entanto, os Coordenadores não se responsabilizarão pela subscrição do eventual saldo de Debêntures da 2ª Emissão não subscritas. Assim, a captação de recursos pretendida pela Emissora com a colocação das Debêntures da 2ª Emissão poderá não ser totalmente atingida. Neste sentido, a Oferta Restrita está condicionada à subscrição e integralização de um mínimo de 8.000 (oito mil) Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão e 5.118.620 (cinco milhões, cento e dezoito mil e seiscentas e vinte) Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão.


### ***Inexistência de garantias de terceiros***

As Debêntures da 2ª Emissão não contam com a garantia do Estado, dos Bancos Arrecadadores, do Banco Centralizador, dos Coordenadores, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou de qualquer outro mecanismo de seguro.

### **Riscos Relativos aos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI e ao Processo de Securitização do PEP e ao Processo de Securitização do PPI**

#### ***Subordinação das Debêntures da 2ª Emissão ao pagamento das Debêntures da 1ª Emissão e das Debêntures da 3ª Emissão***

A Emissora tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado, originários de créditos tributários e não tributários, compreendendo, atualmente, os Direitos Creditórios do PPI e os Direitos Creditórios do PEP. Os Direitos Creditórios do PPI, bem como a Conta de Recebimento PPI foram cedidos fiduciariamente em garantia ao pagamento das Debêntures da 1ª Emissão por meio do Contrato de Cessão Fiduciária do PPI e a Conta de Recebimento PEP será cedida fiduciariamente em garantia ao pagamento das Debêntures da 1ª Emissão por meio do Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP, o qual será aditado para, entre outras alterações (i) prever que a Conta de Recebimento PEP também garantirá o pagamento das Debêntures da 3ª Emissão uma vez que estas sejam emitidas, (ii) efetuar a cessão fiduciária dos Direitos Creditórios do PEP de forma compartilhada para pagamento das Debêntures da 1ª Emissão e das Debêntures da 3ª Emissão; e (iii) efetuar a cessão fiduciária da Conta de Excedente PPI para pagamento das Debêntures da 3ª Emissão. A Conta da 2ª Emissão receberá recursos excedentes da Conta de Recebimento PEP após honradas as obrigações da Emissora perante os titulares das Debêntures da 1ª Emissão e, quando emitidas, das Debêntures da 3ª Emissão.

A transferência de recursos para a Conta da 2ª Emissão somente será efetivada se: (i) a Emissora encontrar-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações previstas na Escritura da 1ª Emissão, na Escritura da 3ª Emissão, quando houver, e no Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP ou, conforme este seja aditado, do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP; e, cumulativamente, (ii) nenhum evento de avaliação, e/ou evento de amortização antecipada e/ou evento de vencimento antecipado nos termos dos referidos documentos esteja em curso. Desta forma, nessas hipóteses, a Conta da 2ª Emissão, e consequentemente as demais Contas Vinculadas Adicionais da 2ª Emissão poderão não receber recursos suficientes para o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura da 2ª Emissão, o que pode impactar de forma significativa o recebimento dos valores devidos aos Debenturistas da 2ª Emissão. 

#### ***Insuficiência ou inexistência de recursos na Conta de Excedente PPI***

A Emissora tem por objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado, originários de créditos tributários e não tributários, compreendendo, atualmente, os Direitos Creditórios do PPI e os Direitos Creditórios do PEP. Os Direitos Creditórios do PPI, bem como a Conta de Recebimento PPI foram cedidos fiduciariamente em garantia ao pagamento das Debêntures da 1ª Emissão por meio do Contrato de Cessão Fiduciária do PPI. Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios do PPI depositados na Conta de Recebimento PPI deverão, desde que satisfeitas as obrigações relativas às Debêntures da 1ª Emissão, ser transferidos pelo Agente Fiduciário da 1ª Emissão para a Conta de Excedente PPI, observados os termos e as condições da Escritura da 1ª Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária do PPI. Uma vez emitidas as Debêntures da 3ª Emissão, a Conta de Excedente PPI será cedida fiduciariamente em garantia do pagamento das Debêntures da 3ª Emissão. O saldo da Conta de Excedente PPI, deduzido do valor de qualquer transferência solicitada pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, se e quando emitidas as Debêntures da 3ª Emissão, e pelo Agente Fiduciário da 2ª Emissão, nesta ordem,, poderá ser bloqueado e posteriormente utilizado para o cumprimento das obrigações da Emissora relativas às Debêntures da 3ª Emissão, se e quando emitidas, e às Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP ou, conforme este seja aditado, do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP. O saldo da Conta Excedente PPI deverá ser liberado para a Conta de Livre Movimentação PPI no penúltimo Dia Útil de cada mês, exceto se bloqueado para utilização no pagamento das Debêntures da 3ª Emissão e das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão.

Como o pagamento da remuneração das Debêntures da 1ª Emissão e a transferência dos recursos depositados na Conta de Recebimento PPI para a Conta de Excedente PPI são ambos realizados no último Dia Útil de cada mês, poderá não haver saldo na Conta de Excedente PPI para que a Emissora honre seus compromissos previstos nesta Escritura da 2ª Emissão nas datas de verificação, retenção e/ou pagamento aqui previstas. Além disso, os recursos que eventualmente forem bloqueados na Conta de Excedente PPI poderão não ser suficientes para realizar as obrigações da Emissora relativas às Debêntures da 3ª Emissão, se e quando emitidas, e das Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão.

Adicionalmente, como a Emissora utilizará os recursos da Conta de Livre Movimentação PPI para realizar a amortização antecipada e compulsória das Debêntures Subordinadas, nos termos da Escritura de Debêntures Subordinadas, e tendo em vista que o pagamento das Debêntures Subordinadas deverá ser realizado no último Dia Útil de cada mês calendário aplicável, poderá não haver recursos adicionais na Conta Excedente PPI para honrar as obrigações da Emissora relativas às Debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, caso os recursos da Conta da 2ª Emissão não sejam suficientes.

#### ***Mudança legislativa***

Os procedimentos que amparam a realização dos negócios jurídicos vinculados, direta e

indiretamente, à Emissão das Debêntures da 2ª Emissão encontram-se consubstanciados em legislação, em especial a Lei Autorizativa. Eventuais alterações nos respectivos normativos poderão afetar, negativamente, a solvência dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI de titularidade da Emissora. Tal evento poderá afetar a capacidade econômico-financeira da Emissora para honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 2ª Emissão.

***Inadimplência dos Contribuintes e ausência de garantia de pagamento ou de coobrigação na Cessão dos Direitos Creditórios do PEP e na Cessão dos Direitos Creditórios do PPI***

A cessão pelo Estado à Emissora dos Diretos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI, realizada nos termos da Lei Autorizativa do Contrato de Cessão do PEP e do Contrato de Cessão do PPI, conforme aplicável, foi realizada sem coobrigação, garantia de cumprimento ou direito de regresso contra o Estado. O Estado não responde pela solvência dos Contribuintes, nem assegura ou, por qualquer forma, se responsabiliza pela liquidação dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI.

Na hipótese de ocorrer, por qualquer motivo, inclusive em função da deterioração do cenário macroeconômico no Brasil, aumento da inadimplência dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI pelos Contribuintes, a capacidade econômico-financeira da Emissora para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 2ª Emissão poderá ser comprometida.

***Competência de cobrança***

Nos termos da legislação vigente e da Lei Autorizativa, a cobrança administrativa e judicial dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI será de responsabilidade do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda e da PGE, no âmbito de suas respectivas competências. A Emissora não goza das garantias e privilégios da Fazenda Pública e, desta forma, não poderá cobrar diretamente os Direitos Creditórios do PEP nem os Direitos Creditórios do PPI. Além disso, os Contribuintes poderão questionar a legitimidade da Emissora para cobrar diretamente e em nome próprio, e os Direitos Creditórios do PEP e/ou os Direitos Creditórios do PPI, caso a Emissora venha a realizar qualquer procedimento neste sentido. Caso o Estado não realize ou não obtenha sucesso na cobrança administrativa e judicial ou ainda, caso não efetue o repasse dos valores assim cobrados à Emissora, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 2ª Emissão poderão ser afetadas negativamente.

***Ausência de notificação aos Contribuintes***

A cessão dos Direitos Creditórios do PEP e a cessão dos Direitos Creditórios do PPI, objeto do Contrato de Cessão do PEP e do Contrato de Cessão do PPI, conforme o caso, não foi

objeto de notificação prévia aos Contribuintes contendo instruções para que estes efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente à Emissora. Caso os procedimentos de recebimento e transferência de valores definidos no Contrato de Cessão do PEP e do Contrato de Cessão do PPI venham a ser interrompidos ou prejudicados, os Contribuintes não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos Creditórios do PEP e aos Direitos Creditórios do PPI cedidos diretamente à Emissora, o que poderá afetar negativamente a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 2ª Emissão.

***Identificação dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI por código criptografado***

Os Direitos Creditórios do PPI foram identificados em anexos específicos do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 1, do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 2, do Boletim de Subscrição e Termo de Cessão nº 3, e do Termo de Cessão de Direitos Creditórios do PPI, e os Direitos Creditórios do PEP serão identificados em anexos específicos do Contrato de Cessão do PEP, por código criptografado gerado pelo Estado e vinculado a cada Parcelamento do PEP e a cada parcelamento do PPI, de modo a manter o sigilo do nome dos Contribuintes. De acordo com o Contrato de Cessão do PPI, o Contrato de Cessão do PEP, o “*Termo de Contrato que entre si celebram o Estado de São Paulo e o Banco do Brasil S.A. para Prestação de Serviços de Custódia de Mídias Eletrônicas sob a forma de CD-R*” e o Contrato de Custódia de Dados em Mídia de CD-R, o Estado entregará ao Banco Centralizador, sob dever de sigilo, CD-R, devidamente numerado e identificado, contendo informações que permitam a individualização e identificação de cada Contribuinte devedor dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI.

A Emissora e/ou o Agente Fiduciário da 1ª Emissão e/ou o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, se e quando emitidas as Debêntures da 3ª Emissão, somente poderão ter acesso às informações contidas nos CD-R, para fazer prova em juízo ou no curso de procedimento administrativo devidamente instaurado, quando isso for estritamente necessário à defesa dos direitos, das garantias e das prerrogativas da Emissora e/ou dos titulares das Debêntures da 1ª Emissão e/ou dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão, se e quando emitidas, nos termos dos Documentos da Operação. Nesse caso, caberá ao Banco Centralizador providenciar o depósito dos CD-R perante a autoridade perante a qual esteja tramitando a respectiva ação judicial e/ou procedimento administrativo. Caso a Emissora e/ou o Agente Fiduciário da 1ª Emissão e/ou o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, por qualquer motivo, não tenham acesso às informações contidas nos CD-R, tal fato poderá prejudicar a defesa, pela Emissora e pelos Debenturistas da 1ª Emissão e pelos Debenturistas da 3ª Emissão, por meio do Agente Fiduciário da 1ª Emissão e do Agente Fiduciário da 3ª Emissão, de seus respectivos direitos, garantias e prerrogativas definidas nos Documentos da Operação.

A cessão dos Direitos Creditórios do PPI e sua oneração em favor do Agente Fiduciário da 1ª Emissão, poderão ter a sua existência, validade e eficácia prejudicada, caso, por qualquer

motivo as informações contidas nos CD-R não permitam a individualização e identificação de cada Contribuinte devedor dos Direitos Creditórios do PPI e/ou o respectivo interessado não possa ter acesso a essas informações.

A cessão dos Direitos Creditórios do PEP e sua oneração, se e quando emitidas as Debêntures da 3ª Emissão, em favor do Agente Fiduciário da 1ª Emissão e do Agente Fiduciário da 3ª Emissão, poderão ter a sua existência, validade e eficácia prejudicada, caso, por qualquer motivo as informações contidas nos CD-R não permitam a individualização e identificação de cada Contribuinte devedor dos Direitos Creditórios do PEP e/ou o respectivo interessado não possa ter acesso a essas informações.

### ***Eventos de Indenização***

Observado o disposto no Contrato de Cessão do PPI e no Contrato de Cessão do PEP, o Estado obriga-se a indenizar a Emissora, exclusivamente pelo valor que a Emissora deixou de receber por conta dos Direitos Creditórios do PPI e dos Direitos Creditórios do PEP cedidos, caso ocorram quaisquer dos seguintes eventos: (a) extinção total ou parcial do Direito Creditório do PEP ou do Direito Creditório do PPI em razão de compensação, liquidação com utilização de crédito acumulado de ICMS ou dação em pagamento; ou (b) em decorrência da responsabilidade imputada ao cedente pela existência do crédito, nos termos do artigo 295 do Código Civil brasileiro, observado disposto no Contrato de Cessão do PPI e no Contrato de Cessão do PEP, (c) concessão de anistia e/ou remissão, que tenha por objeto a extinção total ou parcial dos Direitos Creditórios do PPI ou dos Direitos Creditórios do PEP ou ainda celebração de transação, com extinção total ou parcial dos Direitos Creditórios do PPI ou dos Direitos Creditórios do PEP, (d) ausência da incidência de acréscimos financeiros devidos à Emissora nos termos do Contrato de Cessão do PEP, nas parcelas vencidas dos Parcelamentos do PEP e dos Parcelamentos do PEP Rompido, constatada no relatório especial previsto no item 8.15 do Contrato de Cessão do PEP; (e) eventual diferença do valor dos Direitos Creditórios do PEP entre o fechamento do dia 28 de novembro 2014 e a data da efetivação da cessão dos Direitos Creditórios do PEP nos termos do Contrato de Cessão do PEP que não sejam recebidos pela Emissora; ou (f) não transferência de Direitos Creditórios do PEP à Emissora, em razão da necessidade de adequação dos sistemas pelo Banco Centralizador, conforme o disposto na Resolução SF/97, de 18 de dezembro de 2014 (“Eventos de Indenização”). Caso o Estado não cumpra com a obrigação de indenizar a Emissora na forma prevista no Contrato de Cessão do PPI e no Contrato de Cessão do PEP, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 2ª Emissão poderão ser afetadas negativamente.

Ademais, caso o Estado deixe de pagar qualquer valor devido à Emissora em razão da ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos, os pagamentos serão feitos, após a tramitação dos competentes procedimentos legais e trânsito em julgado das respectivas decisões judiciais por meio da emissão de precatórios. A necessidade de recorrer ao Poder

Judiciário poderá afetar, negativamente, a capacidade da Emissora de honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 2ª Emissão, nos termos e nas condições definidos na Escritura da 2ª Emissão, sendo o prazo para a obtenção de uma decisão judicial, positiva ou negativa, incerto. Sem prejuízo do disposto acima, o pagamento, pelo Estado, em moeda corrente nacional, dos valores devidos à Emissora em razão da ocorrência de um Evento de Indenização e/ou em razão do descumprimento de qualquer outra obrigação específica assumida nos Documentos da Operação pelo Estado, poderá ser prejudicado caso se verifique a necessidade de existência de previsão orçamentária específica para a sua realização.

***Possibilidade de amortização ou resgate das Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios do PEP decorrentes de Parcelamentos do PEP Rompidos dos quais não tenha recebido pagamento durante os 12 (doze) meses subsequentes à data de Rompimento do Parcelamento PEP***

A Emissora poderá, a qualquer tempo, após quitadas as Debêntures da 1ª Emissão, amortizar ou resgatar as Debêntures da 2ª Série da 2ª Emissão mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios do PEP decorrentes de Parcelamentos do PEP Rompidos dos quais não tenha recebido pagamento durante os 12 (doze) meses subsequentes à data de Rompimento do Parcelamento PEP. Desta forma, a Emissora poderá honrar as obrigações perante os Debenturistas da 2ª Série da 2ª Emissão com Direitos Creditórios do PEP que poderão não ser pagos pelos Contribuintes.

***Novo critério de atualização dos Parcelamentos do PPI***

A Secretaria da Fazenda solicitou em 13 de outubro de 2011, por meio do Ofício DA nº 1.963/2011, a manifestação da PGE sobre a regra de atualização que vinha sendo aplicada para cálculo da remuneração incidente sobre as parcelas dos Parcelamentos do PPI, com fundamento no “Convênio CONFAZ ICMS nº 51/2007”, no Decreto Estadual nº 51.960, de 04 de Julho de 2007, conforme alterado, e na Lei Estadual nº 6.374/89, de 01 de Março de 1989, conforme alterada. Em razão do acima, a PGE, por meio do Expediente nº 13840-958816/2011, em 26 de outubro de 2011, respondeu à consulta da Secretaria da Fazenda firmando o entendimento de que a remuneração incidente sobre as parcelas dos Parcelamentos do PPI, com prazo de pagamento superior a 12 (doze) meses, deve corresponder exclusivamente à variação acumulada da “Taxa SELIC”, salvo no mês de vencimento da parcela, em que o acréscimo foi pré-fixado em 1% (um por cento). O entendimento manifestado pela PGE difere daquele até então adotado pela Secretaria da Fazenda, no sentido de fazer prevalecer, a cada mês, o maior entre o percentual de 1% (um por cento) ou a variação mensal da “Taxa SELIC”. À vista do entendimento firmado pela PGE, o Estado, conforme consignada na Manifestação GPG nº 01/2011, aprovada pelo Procurador Geral do Estado de São Paulo, resolveu alterar o procedimento anterior e orientou a PRODESP, por meio da PGE, nos termos do Ofício DA nº 1.963/2011, a tomar as providências necessárias à adequação do sistema de controle e pagamento do PPI de

forma que as parcelas vincendas de cada Parcelamento do PPI passem a refletir o valor resultante exclusivamente do acréscimo da variação acumulada da “Taxa SELIC”, desde o mês da celebração de cada Parcelamento do PPI.

Ainda em razão do recálculo determinado pelo Estado, o novo valor das parcelas vincendas de cada Parcelamento do PPI deverá incorporar a dedução das importâncias recolhidas a maior em relação às parcelas do PPI vencidas, de modo que, ao final, o Contribuinte tenha pago exatamente o montante total devido com base no entendimento da PGE. O procedimento de ajuste acima referido poderá não ser integralmente implementado na vigência desta Escritura da 2ª Emissão. Eventuais questionamentos administrativos e judiciais que tenham por objeto o disposto no parágrafo anterior poderão ensejar atrasos no recebimento dos Direitos Creditórios do PPI cedidos pelo Estado à Emissora.

### ***Estado de São Paulo e Precatórios***

O artigo 100 da CF trata do pagamento, pela Fazenda Pública, das quantias decorrentes de condenação judicial que são pagas por precatório requisitado pelo juízo ao Presidente do Tribunal ao qual está vinculado. A regra geral é de que, ressalvadas as condenações de pequeno valor, os valores relativos aos precatórios apresentados até 1º de julho de um exercício sejam incluídos no orçamento e pagos no exercício seguinte. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios acumularam um estoque muito grande de precatórios não pagos no exercício seguinte ao da apresentação. Desde a promulgação da CF, o legislador constituinte vem estabelecendo regimes especiais para pagamento dos precatórios não pagos no exercício seguinte ao da apresentação. A EC 62, alterou o artigo 100 da CF e, mais uma vez, instituiu regimes especiais para pagamento dos Precatórios não pagos no exercício seguinte ao da apresentação e dos que vierem a ser apresentados na sua vigência, conforme o disposto no artigo 97 e seus §§ do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Através do Decreto Estadual nº 55.300 o Estado, em conformidade com norma do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, optou pelo regime especial de pagamento de precatórios que consiste em depositar, mensalmente, em conta administrada pelo TJSP, a quantia correspondente a 1/12 de 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida, apurada no segundo mês anterior ao do depósito, para pagamento de precatórios. Conforme informações fornecidas pela Secretaria da Fazenda, a partir da EC 62 e do Decreto Estadual nº 55.300 foram feitas transferências mensais para a conta do TJSP, para pagamento de precatórios. De acordo com a EC 62, a falta de transferência tempestiva para a conta administrada pelo TJSP dos valores previstos no regime especial adotado pelo Estado, conforme Decreto Estadual nº 55.300, poderá ensejar: (i) o sequestro de valores, até o limite do valor não liberado; e (ii) a constituição, por ordem do Presidente do TJSP, de crédito líquido e certo em favor do credor do precatório, para pagamento de débitos líquidos e certos com poder liberatório do pagamento de tributos até onde se compensarem, independentemente de regulamentação. Adicionalmente, a EC 62 permitiu a cessão total ou parcial de créditos em precatórios, independentemente da anuência do devedor e convalidou todas as cessões feitas antes da sua promulgação. Se o Presidente do



TJSP vier a constituir crédito líquido e certo em favor de credor de precatório, o valor do crédito poderá ser usado para compensar com parcelas dos Direitos Creditórios do PPI e dos Direitos Creditórios do PEP. Com relação aos pedidos de sequestro de valores requerido contra o Estado, a PGE, por meio de Ofício de 27 de agosto de 2010, deu ciência à Secretaria da Fazenda que já existem decisões do TJSP, concessivas da segurança para fins de assegurar a continuidade dos pedidos de sequestro. O estoque de precatórios do Estado, em valores de 31 de agosto de 2014, conforme apurado pela PGE, importava em R\$ 17.538.232.361 (dezessete bilhões, quinhentos e trinta e oito milhões, duzentos e trinta e dois mil, trezentos e sessenta e um reais). Como a compensação constitui evento de indenização e se o Estado não cumprir as obrigações do regime especial de pagamento de precatórios pelo qual optou e não cumprir espontaneamente a obrigação de indenizar, a capacidade da Emissora de cumprir as obrigações decorrentes desta Escritura da 2ª Emissão poderá ser comprometida.

### ***Compensação de tributos***

Os Contribuintes podem efetuar o pagamento dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI por meio dos procedimentos de compensação de tributos previstos no Decreto Estadual nº 53.671, de 10 de novembro de 2008, conforme alterado. A solvência da Emissora poderá ser comprometida caso um volume significativo de Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI de titularidade da Emissora sejam liquidados por meio dos procedimentos de compensação. Tal evento poderá comprometer a capacidade econômico-financeira da Emissora para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 2ª Emissão, observados os termos e as condições definidos nesta Escritura da 2ª Emissão.

### ***Rompimento do Parcelamento do PEP e do Parcelamento do PPI***

O Parcelamento do PEP e o Parcelamento do PPI podem ser rompidos em hipóteses específicas previstas no inciso II do artigo 6º do Decreto Estadual nº 51.960, com as alterações do Decreto Estadual nº 56.102, de 18 de agosto de 2010, e do Decreto Estadual nº 56.341, de 27 de outubro de 2010, conforme alterado pelo Decreto Estadual nº 57.488, de 4 de novembro de 2011, e no inciso II do artigo 6º do Decreto Estadual nº 58.811, de 27 de dezembro de 2012, e suas alterações posteriores, e no inciso II do artigo 6º do Decreto Estadual nº 60.444, de 13 de maio de 2014, e suas alterações posteriores observados os demais termos dos referidos decretos. Neste caso, verificado o efetivo Rompimento do Parcelamento do PEP e o Rompimento do Parcelamento do PPI, haverá a recomposição do débito fiscal original, acrescido das multas originais e demais cominações. Nos termos do Contrato de Cessão do PEP e do Contrato de Cessão do PPI, os valores recebidos dos Contribuintes por conta de cada Parcelamento Rompido do PEP e de cada Parcelamento Rompido do PPI, conforme o caso, serão imputados prioritariamente no pagamento, proporcional e *pari-passu*, da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Rompido e da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do

Parcelamento do PPI Rompido, da Verba Honorária e da Quota Parte dos Municípios. Ademais, os valores referentes aos Parcelamentos Rompidos do PEP e dos Parcelamentos Rompidos do PPI não mais transitarão pela Conta de Recebimento PEP e pela Conta de Recebimento PPI, conforme o caso, sendo recebidos diretamente pelo Estado para posterior repasse à Emissora, nos termos do Contrato de Cessão do PEP e do Contrato de Cessão do PPI, conforme o caso, até o limite acima referido. O descumprimento pelo Estado de sua obrigação de repassar os recursos de titularidade da Emissora poderá afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 2ª Emissão, observados os termos e as condições definidos na Escritura da 2ª Emissão, bem como poderá ensejar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da 2ª Emissão.

#### ***Adimplemento contratual de terceiros***

A manutenção da boa ordem administrativa, legal e operacional do Processo de Securitização do PEP e do PPI encontra-se diretamente vinculada ao cumprimento, pelos signatários dos Documentos da Operação, de suas respectivas obrigações lá estabelecidas. Não há nenhuma garantia de que os signatários dos Documentos da Operação cumprirão com suas respectivas obrigações ou mesmo não contestarão, judicial ou administrativamente, a legalidade e/ou o caráter vinculativo das avenças contidas nos referidos instrumentos jurídicos. O descumprimento pelos signatários dos Documentos da Operação de suas respectivas obrigações, em conjunto ou separadamente, poderá afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 2ª Emissão, bem como poderá ensejar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da 2ª Emissão.

#### ***Exequibilidade restrita por força de lei***

A exequibilidade das Debêntures da 2ª Emissão e/ou dos demais Documentos da Operação pode ser limitada, com efeitos adversos aos Debenturistas da 2ª Emissão, por força de (i) disposições da legislação especial, incluindo a falimentar, que afete os direitos dos titulares das Debêntures da 2ª Emissão; (ii) possível indisponibilidade de execução específica, tutela antecipada, procedimentos executivos ou outros recursos processuais assemelhados; e (iii) conceitos de onerosidade excessiva, desequilíbrio contratual, razoabilidade, função social do contrato e boa-fé.

#### ***A cessão de direito autônomo ao recebimento dos créditos tributários do Estado de São Paulo para a Emissora pode ser questionado judicialmente***

Terceiros interessados, inclusive o Ministério Público ou os Procuradores do Estado de São Paulo, podem questionar judicialmente a cessão do direito autônomo dos créditos tributários de ICMS que são objeto de parcelamento e cujo recebimento será automaticamente transferido para a Emissora. Esses terceiros interessados poderiam alegar

que o crédito tributário é inalienável e indisponível, bem como que a Constituição Federal, em seu artigo 167, inciso IV, não permite a vinculação de receitas de impostos a órgão, fundo ou despesa.

### **Riscos operacionais**

Há riscos operacionais relacionados ao desempenho pelo Estado, pelo Agente Fiduciário da 1ª Emissão, pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, se e quando emitidas as Debêntures da 3ª Emissão, pela Secretaria da Fazenda, pela PGE, pela PRODESP, por cada um dos Bancos Arrecadadores, pelo Banco Centralizador e seus Agentes de suas respectivas atribuições previstas nos respectivos Documentos da Operação, os quais poderão ocasionar prejuízos para a Emissora e/ou afetar a boa ordem das rotinas e procedimentos sob sua responsabilidade. O não processamento e encaminhamento de determinadas informações poderá resultar na interrupção dos procedimentos de transferência de valores e do fluxo de informações relativos aos valores arrecadados por meio de procedimentos de cobrança judicial e administrativa. A ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos pode afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 2ª Emissão.

### ***Procedimentos de arrecadação e transferência dos recursos relacionados aos Direitos Creditórios do PEP e aos Direitos Creditórios do PPI de titularidade da Emissora***

Os Contribuintes efetuam o pagamento dos créditos tributários passíveis de cessão, nos termos do Contrato de Cessão do PEP e do Contrato de Cessão do PPI, precipuamente por meio de GARE, emitida eletronicamente pelo Contribuinte na página eletrônica da Secretaria da Fazenda, localizada na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico “www.ppidoicms.sp.gov.br”, e/ou por meio de débito automático em conta corrente de titularidade do respectivo Contribuinte, conforme regulado no artigo 7º do Decreto Estadual nº 51.960 e no artigo 7º do Decreto Estadual nº 58.811, de 27 de dezembro de 2012, e suas alterações posteriores, e no artigo 7º do Decreto Estadual nº 60.444, de 13 de maio de 2014, e suas alterações posteriores. Os Bancos Arrecadadores, nos termos do respectivo Contrato de Arrecadação, serão responsáveis pelo recebimento dos valores pagos pelos Contribuintes quando da liquidação dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI por estes devidos, sendo que tais verbas serão imediatamente transferidas para o Banco Centralizador. Por sua vez, nos termos do Contrato de Centralização e Repasse de Recursos, o Banco Centralizador receberá dos Bancos Arrecadadores os recursos decorrentes da liquidação, pelos Contribuintes, dos créditos tributários cedidos nos termos do Contrato de Cessão do PEP e do Contrato de Cessão do PPI e os creditarão direta, única e exclusivamente na Conta de Recebimento PEP e na Conta de Recebimento PPI, conforme o caso. Adicionalmente, uma vez celebrada a Escritura da 3ª Emissão e aditado o Contrato de Cessão Fiduciária da Conta de Recebimento PEP, a Conta de Recebimento PEP passará a ser controlada pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, o qual passará a ser o responsável

por transferir os recursos da Conta de Recebimento PEP para a Conta de Recebimento PPI caso assim seja instruído a fazer pelo Agente Fiduciário da 1ª Emissão nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária do PEP. Há riscos operacionais relacionados ao desempenho pelo Estado, pela Secretaria da Fazenda, pela PGE, pela PRODESP, por cada um dos Bancos Arrecadores, pelo Banco Centralizador, pelo Agente Fiduciário da 1ª Emissão e pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão, se e quando emitidas as Debêntures da 3ª Emissão, de suas respectivas atribuições previstas nos respectivos Documentos da Operação, os quais poderão ocasionar prejuízos para a Emissora e/ou afetar a boa ordem das rotinas e procedimentos sob sua responsabilidade. Os recursos em trânsito decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI, desde o seu recebimento pelos Bancos Arrecadores, sua transferência para o Banco Centralizador e crédito na Conta de Recebimento PEP e na Conta de Recebimento PPI, respectivamente, poderão ser objeto de constrição judicial ou evento equivalente. A ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos pode afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 2ª Emissão.

***Procedimentos de arrecadação e transferência dos recursos relacionados aos Parcelamentos Rompidos do PEP e dos Parcelamentos Rompidos do PPI***

Nos termos do Contrato de Cessão do PEP e do Contrato de Cessão do PPI, os Direitos Creditórios do PEP e os Direitos Creditórios do PPI, quando decorrentes de Parcelamentos Rompidos do PEP e dos Parcelamentos Rompidos do PPI, não transitarão pela Conta de Recebimento PEP e pela Conta de Recebimento PPI, sendo recebidos diretamente pelo Estado para posterior repasse à Emissora, pelo valor correspondente à Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Rompido e à Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PPI Rompido de cada Parcelamento Rompido, até que se verifique a liquidação integral dos respectivos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI.

O Estado obriga-se a transferir para a Conta de Recebimento PEP e para a Conta de Recebimento PPI, respectivamente, no último Dia Útil de cada mês calendário, todo e qualquer valor que a Emissora faça *jus* em razão da execução de procedimentos de cobrança judicial dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI cedidos à Emissora, incluindo os valores vinculados aos Parcelamentos Rompidos do PEP e aos Parcelamentos Rompidos do PPI, até o limite da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PEP Rompido de cada Parcelamento do PEP Rompido e da Quota Parte da Cessionária no Saldo Devedor do Parcelamento do PPI Rompido de cada Parcelamento do PPI Rompido, recebido no 3º (terceiro) mês calendário imediatamente anterior, observada a prioridade de imputação prevista no Contrato de Cessão do PEP e no Contrato de Cessão do PPI. Caso o Estado descumpra com sua obrigação de repassar os recursos de titularidade da Emissora, tais eventos poderão afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações

pecuniárias relativas às Debêntures da 2ª Emissão, bem como poderá ensejar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures da 2ª Emissão.

***Posse dos valores de titularidade da Emissora pelos Bancos Arrecadadores e pelo Banco Centralizador***

Na hipótese de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária de qualquer dos Bancos Arrecadadores e do Banco Centralizador, os recursos de titularidade da Emissora que se encontrem, a qualquer título, na posse de quaisquer das instituições financeiras acima referidas ou lhes sejam transferidos, poderão sujeitar-se a bloqueios cuja liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Emissora e/ou, conforme o caso, pelo Agente Fiduciário da 1ª Emissão e pelo Agente Fiduciário da 3ª Emissão. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos, sendo que tal fato poderá prejudicar o fluxo financeiro esperado pelos titulares das Debêntures da 2ª Emissão com relação ao recebimento dos valores que lhes são devidos pela Emissora.

***Descumprimento de obrigações e necessidade de recorrer ao Poder Judiciário***

Na hipótese de necessidade de a Emissora e/ou o Agente Fiduciário da 2ª Emissão precisarem recorrer ao Poder Judiciário, para defesa de seus direitos decorrentes desta Escritura da 2ª Emissão e/ou dos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, a hipótese de não cumprimento voluntário de obrigação de indenizar, podem ser identificados os seguintes riscos: (a) o processo judicial brasileiro é sabidamente moroso, não sendo possível estabelecer com precisão o resultado e o tempo de duração de um processo judicial; (b) o descumprimento de obrigação pela Emissora, ainda que seja causa de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Emissão ou das Debêntures da 3ª Emissão, se e após emitidas, não é causa de vencimento antecipado dos Direitos Creditórios do PPI, cedidos fiduciariamente ao Agente Fiduciário da 1ª Emissão em benefício dos titulares das Debêntures da 1ª Emissão, nem serão causa de vencimento antecipado dos Direitos Creditórios do PEP, se e após cedidos fiduciariamente ao Agente Fiduciário da 1ª Emissão em benefício dos titulares das Debêntures da 1ª Emissão e ao Agente Fiduciário da 3ª Emissão em benefício dos titulares das Debêntures da 3ª Emissão; (c) o Agente Fiduciário da 1ª Emissão, o Agente Fiduciário da 2ª Emissão, e o Agente Fiduciário da 3ª Emissão, quando e se emitidas as Debêntures da 3ª Emissão, não têm legitimidade para cobrar diretamente dos Contribuintes os Direitos Creditórios do PEP e os Direitos Creditórios do PPI; e (d) na execução de quantia certa contra o Estado, caso o Estado deixe de pagar qualquer valor devido à Emissora em razão da ocorrência, por exemplo, de um Evento de Indenização, os pagamentos são feitos mediante requisição de pagamento pelo Presidente do TJSP, na ordem de apresentação dos precatórios. A necessidade de recorrer ao Poder Judiciário poderá afetar, negativamente, a capacidade da Emissora de honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 2ª Emissão, sendo que tal fato poderá prejudicar o

fluxo financeiro esperado pelos titulares das Debêntures da 2ª Emissão com relação ao recebimento dos valores que lhes são devidos pela Emissora.

### ***Reforço de Garantia Adicional Real Limitado***

A Emissora não se encontra obrigada a promover o reforço da garantia adicional real, mesmo na hipótese de os direitos creditórios ali onerados encontrarem-se inadimplentes, deixarem, por qualquer motivo, de ser exigíveis ou tornarem-se insuficientes, inábeis, impróprios ou imprestáveis ao fim a que se destinam, sem prejuízo da prerrogativa da Emissora em proceder voluntariamente ao reforço da garantia adicional real.

### **Riscos Relacionados ao Estado**

#### ***Inadimplemento dos Contratos de Financiamento Relevantes***

O Estado celebrou com diversas Pessoas, inclusive a União, os Contratos de Financiamento Relevantes. Regra geral, na falta de cumprimento, pelo Estado, de qualquer de suas obrigações pecuniárias avençadas nos Contratos de Financiamento Relevantes, pode o respectivo beneficiário (credor) insurgir-se contra a transferência dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI para a Emissora e ingressar com medidas judiciais buscando provimento específico para que os pagamentos dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI sujeitem-se aos procedimentos de vinculação lá previstos. A ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos pode afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 2ª Emissão.

#### ***Possibilidade de Eventual Questionamento da Validade da Cessão dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI à Emissora***

O direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI cedidos à Emissora, nos termos do Contrato de Cessão do PEP e do Contrato de Cessão do PPI, poderá ser objeto de contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte dos respectivos Contribuintes e/ou quaisquer terceiros, o que, independentemente de alegação ou mérito, poderá eventualmente comprometer a liquidez e certeza do crédito tributário cujo fluxo financeiro decorrente dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI tenha sido cedido, sem que daí advenha qualquer responsabilidade para o Estado.

Ademais, a validade da cessão dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI pelo Estado para a Emissora poderá vir a ser questionada, administrativa ou judicialmente, por qualquer terceiro, inclusive por qualquer ente público ou pelo Governo do Estado. A ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos pode afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar

as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures da 2ª Emissão, nos termos e nas condições definidos nesta Escritura da 2ª Emissão.

***Concessão de dilações de prazo ou condições mais vantajosas para o pagamento de Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI pelo Estado***

O pagamento das Debêntures da 2ª Emissão nos montantes e prazos previstos nesta Escritura da 2ª Emissão poderá ser adversamente afetado caso o Estado conceda ao contribuinte dilações de prazo ou condições mais vantajosas para o pagamento de Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI por esses devidos que resultem no alongamento do perfil de repagamento dos Direitos Creditórios do PEP e dos Direitos Creditórios do PPI de titularidade da Emissora.

***Riscos relativos aos setores da economia nos quais o emissor atue***

***Inflação***

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de instabilidade no processo de controle inflacionário. As medidas governamentais promovidas para combater a inflação geraram efeitos adversos sobre a economia do país, que envolveram controle de salários e preços, desvalorização da moeda, limites de importações, alterações bruscas e relevantes nas taxas de juros da economia, entre outras.

Em 1994, foi implementado o plano de estabilização (Real) que teve sucesso na redução da inflação. Desde então, no entanto, por diversas razões (crises nos mercados financeiros internacionais, mudanças da política cambial, eleições presidenciais etc.) ocorreram novos “repiques” inflacionários. Pode-se apontar, como exemplo a inflação apurada pela variação do IGP-M, que nos últimos anos vem apresentando oscilações: em 2006 ficou em 3,83%. Já em 2007, subiu para 7,75% e no ano de 2008 mais ainda, para 9,81%. No ano de 2009 ocorreu deflação de 1,71%, em 2010 o índice subiu 11,56%, em 2011, acumulou um aumento de 5,09% no ano e, finalmente, terminou 2012 em 7,81%. Por fim, encerrou 2013 com aumento de 5,52% em relação a 2012.

Caso ocorra novamente a elevação da inflação, a taxa de crescimento da economia pode ser reduzida, por conta de uma política monetária anticíclica, causando, inclusive, recessão no país, o que poderia vir a ocasionar elevação dos níveis de desemprego e eventualmente aumento da taxa de inadimplência dos Contribuintes, com efeito adverso aos Debenturistas da 2ª Emissão.

**Anexo III**  
**Cronograma de Pagamento das Debêntures da 1ª Série**

Debentures 1ª Série da 2ª Emissão					
PMT	Datas	% Amortização sobre Saldo do Valor Nominal	PMT	Datas	% Amortização sobre Saldo do Valor Nominal
0	28/11/2014	0,00000000%	30	19/06/2017	5,85202100%
0	17/12/2014	0,00000000%	31	17/07/2017	6,21362000%
1	16/01/2015	1,66660500%	32	17/08/2017	6,41986100%
2	19/02/2015	1,69485200%	33	15/09/2017	6,80515100%
3	17/03/2015	1,72407200%	34	18/10/2017	7,04765700%
4	17/04/2015	1,75431800%	35	20/11/2017	6,68352800%
5	15/05/2015	1,78564400%	36	15/12/2017	7,06322300%
6	17/06/2015	1,81810900%	37	17/01/2018	7,26260600%
7	17/07/2015	1,85177600%	38	20/02/2018	7,56359600%
8	17/08/2015	1,88671400%	39	16/03/2018	8,04463300%
9	17/09/2015	2,11529400%	40	17/04/2018	8,36579400%
10	19/10/2015	2,16100600%	41	17/05/2018	8,77726500%
11	17/11/2015	2,32921400%	42	15/06/2018	12,10783600%
12	17/12/2015	2,32993800%	43	17/07/2018	12,11976500%
13	15/01/2016	3,24023300%	44	17/08/2018	12,79032300%
14	17/02/2016	4,02706200%	45	17/09/2018	14,62580800%
15	17/03/2016	4,48387000%	46	18/10/2018	14,49065200%
16	15/04/2016	4,32697100%	47	19/11/2018	15,03503500%
17	17/05/2016	4,36620700%	48	17/12/2018	16,37815300%
18	17/06/2016	4,18960400%	49	17/01/2019	17,79689400%
19	15/07/2016	4,36378500%	50	15/02/2019	18,39611800%
20	17/08/2016	4,58513800%	51	15/03/2019	20,63158700%
21	16/09/2016	4,81836100%	52	17/04/2019	18,77701500%
22	18/10/2016	5,03266000%	53	17/05/2019	23,86364000%
23	18/11/2016	5,24948000%	54	17/06/2019	25,70094000%
24	16/12/2016	5,54302500%	55	17/07/2019	33,56110500%
25	17/01/2017	5,77083600%	56	16/08/2019	45,35764700%
26	17/02/2017	5,96148000%	57	17/09/2019	35,14687100%
27	17/03/2017	6,47032000%	58	17/10/2019	48,00927700%
28	18/04/2017	5,78151700%	59	18/11/2019	62,87153700%
29	17/05/2017	6,16242200%	60	17/12/2019	100,00000000%



**Anexo IV**  
**Bancos Arrecadadores**

<b>Nome da Instituição Financeira</b>	<b>CNPJ</b>
HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo	01.701.201/0001-89
Banco do Brasil S.A.	00.000.000/0001-91
Banco Santander (Brasil S.A.)	90.400.888/0001-42
Caixa Econômica Federal	00.360.305/0001-04
Banco Bradesco S.A.	60.746.948/0001-12
Itaú Unibanco S.A.	60.701.190/0001-04
Banco Safra S.A.	58.160.789/0001-28
Banco Mercantil do Brasil S.A.	17.184.037/0001-10

**Anexo V**  
**Relatório Gerencial do PPI ou do PEP**

Relatório de Cessão								
Nº de ordem	Nº do Contribuinte no [PPI/PEP]	Nº de Parcelas Cedidas do [PPI/PEP]	Nº de Parcelas Vincendas e Não pagas	Data de Vencimento (1ª Parcela Cedida)	Data de Vencimento (Última Parcela Cedida)	Valor Total da Parcela	Valor Total Atual das Parcelas Cedidas	Status do [PPI/PEP]
	a	b	c	d	e	f	g	h
						R\$	R\$	ATIVO
						R\$	R\$	ATIVO
					Sub Total [PPI/PEP]s Ativos	R\$	R\$	
						R\$	R\$ -	QUITADO
						R\$	R\$ -	QUITADO
						R\$	R\$ -	QUITADO
						R\$	R\$ -	QUITADO
						R\$	R\$ -	QUITADO
						R\$	R\$ -	QUITADO
					Sub Total [PPI/PEP]s Quitados		R\$ -	
						R\$	R\$	ROMPIDO
					Sub Total [PPI/PEP]s Rompidos	R\$	R\$	
					Total de [PPI/PEP]s Cedidos		R\$	

Quanto às informações referentes ao mês imediatamente anterior, que devem ser enviadas até o antepenúltimo Dia Útil de cada mês, um relatório contendo o seguinte:

Saldo Atualizado da carteira de Direitos Creditórios apurado para o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior, discriminada:	
carteira ativa	R\$
carteira de créditos rompidos (créditos que estão em processamento pelo Estado por qualquer motivo)	R\$
Valor dos Direitos Creditórios pagos no mês calendário imediatamente anterior:	R\$
Valor dos Direitos Creditórios em atraso, a mais de 30 dias e cujo rompimento ainda não tenha ocorrido no mês calendário imediatamente anterior:	R\$
Valor dos Direitos Creditórios em atraso, a mais de 60 dias e cujo rompimento ainda não tenha ocorrido no mês calendário imediatamente anterior:	R\$
Valor dos Direitos Creditórios cuja cessão tenha sido resolvida(rompimento) no mês calendário imediatamente anterior:	R\$

Quanto às informações referentes ao mês em questão, que devem ser enviadas até o antepenúltimo Dia Útil de cada mês, um relatório contendo o seguinte:

Valor dos Direitos Creditórios cuja data de vencimento ocorra no mês calendário do relatório: (valor esperado para os recebimentos de Direitos Creditórios para o mês calendário do relatório);	R\$
Valor dos Direitos Creditórios Repactuados/Novados, devolvidos a carteira ativa:	R\$

R

19/11